

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Maria Cidália Guedes Pereira Lino

Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança para obtenção do grau
de Mestre em Gestão de Recursos Florestais

Orientado por:

Professor Doutor Fernando Augusto Pereira

Bragança

2011

Maria Cidália Guedes Pereira Lino

**Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e
Alto Douro, 1990-2010**

Dissertação original expressamente
elaborada para obtenção do grau de Mestre
em Gestão de Recursos Florestais de acordo
com o disposto no Decreto-Lei N.º74/2006,
de 24 de Março

Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança

Bragança 2011

Nome: Maria Cidália Guedes Pereira Lino

Orientador: Fernando Augusto Pereira, Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Bragança

Agradecimentos

Ao terminar mais uma etapa da minha vida académica, quero expressar os meus agradecimentos a todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para a sua realização:

-Ao meu orientador científico, Professor Doutor Fernando Augusto Pereira, pela indicação do tema do trabalho, sugestões, esclarecimentos, conselhos, paciência, carinho, ânimo e disponibilidade sempre prestada ao longo destes meses;

-À Eng.^a Anabela Possacos, Técnica Superior da Autoridade Florestal Nacional (Parque Florestal de Bragança) e ao Eng.^o Miguel Galante, Adjunto do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural pela disponibilidade na cedência de informação;

-À Dr.^a Maria Deus Amador da DSIGA (DGADR) pela informação prestada;

-À Dr.^a Cristina Pedroso, Investigadora do CIMO - IPB, pela cedência da bibliografia;

-Ao Eng.^o João Teixeira, Técnico Superior da Aflodounorte, pela ajuda no início do trabalho;

-Ao Eng.^o Arsénio Araújo, Técnico Superior do IPB, pela ajuda na realização e cedência do mapa de TM em Arcgis;

-Às Associações e Cooperativas que deram o seu contributo na resposta ao inquérito;

-Aos técnicos e administrativa da Arborea, pela disponibilidade na cedência de informação e pelo apoio prestado a todos os níveis. Um carinho especial a todos estes elementos desta admirável Associação;

-Aos associados Sr. Domingos Pascoal Ferreira, Sr. Lindolfo Garcia Afonso e ao Sr. Luís Urbano Gonçalves pela amabilidade em me concederem as entrevistas, e pelo carinho com que me acolheram;

- À Doutora Anabela Martins e ao Professor João Paulo Castro da ESA pela cedência da documentação relativa aos projectos Agro 689 e 179, respectivamente;

-Ao Doutor Fernando Fernandes pela disponibilidade e ajuda na análise dos projectos supracitados;

-Ao meu superior hierárquico, Professor Doutor Jaime Pires, pela facilidade concedida na articulação dos dias para a realização de tese.

Às pessoas fantásticas que fazem parte da minha vida pessoal, o meu muito obrigada por existirem!

Aos meus pais!

À memória dos meus avós!

À memória do Pipo!

À Minhoca!

*Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e
Alto Douro, 1990-2010*

ÍNDICE GERAL

Índice Geral	i
Índice de Quadros	ii
Índice de Figuras	iii
Índice de Gráficos	iv
Índice dos Anexos	v
Lista de Abreviaturas Usadas	vi
Resumo	vii
Abstract	ix
Capítulo 1	
Associativismo e cooperativismo Florestal	1
1.1. As políticas de desenvolvimento florestal e os actores institucionais	1
1.2. O associativismo e cooperativismo florestal em Trás-os-Montes	3
1.3. As ACF como organizações do sector intermédio	4
1.3.1. As funções das organizações do sector intermédio	5
1.3.2. As ACF em TMAD	7
Capítulo 2	
Metodologia: A construção do objecto de estudo e objectivos, as técnicas de investigação usadas e a entrevista com ACF	10
Capítulo 3	
O papel das ACF no desenvolvimento (resultados e discussão)	15
3.1. Caracterização geral das ACF em TMAD	15
3.2. Estudo de caso da Arborea	19
3.2.1. Recursos materiais e humanos	19
3.2.2. A base social da associação	21
3.2.3. Sistema de comunicação interna e relações inter-institucionais e comerciais	22
3.2.4. Descrição detalhada da mancha florestal da ACF	24
3.3. A perspectiva dos técnicos e associados	31
Capítulo 4	
Discussão e síntese conclusiva	37
Bibliografia	41
Anexos	43

*Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e
Alto Douro, 1990-2010*

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da análise estatística	15
Quadro 2 – Formação dos Técnicos Superiores	16
Quadro 3 – Cursos/ área Formação Profissional dos Técnicos Superiores	18
Quadro 4 – Área/ investimento total e médio da mancha florestal	25
Quadro 5 – Operações silvícolas dos projectos estudados	28

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura hierárquica da ACF	19
Figura 2 – Sistema interno da ACF	20
Figura 3 – Relação inter-institucionais e comerciais	23
Figura 4 – Mancha florestal dos projectos realizados pela Arborea	26
Figura 5 – Fase de instalação de um povoamento de castanheiro (Projecto Ruris n.º 2001.23.001431.6) da Quadra (Vinhais)	29
Figura 6 – Fase de instalação de um povoamento de castanheiro (Projecto Ruris n.º 2001.23.001431.6) da Quadra (Vinhais)	29
Figura 7 – Povoamento com 7 anos de pinheiro bravo (Projecto Ruris n.º 2002.23.001334.0) de Vilar de Lomba (Vinhais)	30
Figura 8 – Fase de instalação de um povoamento de castanheiro (Projecto Agros n.º 2003.23.001219.1) de Sobreiró de Baixo (Vinhais)	30

*Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e
Alto Douro, 1990-2010*

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classes etárias dos associados	21
Gráfico 2 – Profissões dos associados	22

*Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e
Alto Douro, 1990-2010*

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo I – Inquérito às Associações Florestais	i
Anexo II – Caracterização das ACF (activa/ inactiva, ano de fundação, n.º sócio fundadores, n.º actual de sócios, instalações...)	ii
Anexo III – Profissão dos membros da Direcção das ACF	iii
Anexo IV – Formação dos Técnicos das ACF	iv
Anexo V – Lista dos Associados da Arborea	v
Anexo VI – Profissão dos Associados da Arborea	vi
Anexo VII – Projectos da Entidade	vii
Anexo VIII – Projectos de Apoio à Instalação	viii
Anexo IX – Projectos dos Associados	ix
Anexo X – Publicações da Arborea sobre o Associativismo	x

LISTA DE ABREVIATURAS USADAS

ACF – Associação Cooperativa Florestal
AFN – Autoridade Florestal Nacional
Cacovin - Agro Indústria em Vinhais
DGF – Direcção Geral das Florestas
DGRF – Direcção-Geral dos Recursos Florestais
DOP – Denominação de Origem Protegida
DRAP – Direcção Regional de Agricultura e Pescas
DRATM – Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes
EC – Estudo de Caso
Ecolignum – Madeiras Nobres de Vinhais, Lda.
ESA – Escola Superior Agrária
FFP – Fundo Florestal Permanente
FORESTIS - Associação Florestal de Portugal
ha – Hectare
IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
IPB – Instituto Politécnico de Bragança
O.A. – Organizações de Agricultores
OPF – Organizações Proprietários Florestais
PAC - Política Agrícola Comum da União Europeia
PAMAF – Política de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal
PDRITM – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes
PEDAP – Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
PNM – Parque Natural de Montesinho
PPR – Prémio pela Perda de Rendimento
PROAGRI – Programa de Apoio ao Reforço das Organizações de Agricultores
RH – Recursos Humanos
RNPC – Registo Nacional de Pessoas Colectivas
SF – Sapadores Florestais
T&V – Sistema de Treinamento & Visitas
TMAD – Trás-os-Montes e Alto Douro
UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
ZIF – Zona de Intervenção Florestal

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

RESUMO

O objectivo fundamental deste trabalho foi dar a conhecer o desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro nos últimos 20 anos através da acção das ACF, mais concretamente, através da reflexão dos Técnicos Superiores e de alguns Associados da Arborea - Associação Florestal da Terra Fria Transmontana.

Os objectivos específicos foram: estudar a situação actual do associativismo florestal em TMAD e qual o papel das ACF no desenvolvimento florestal; reflectir sobre a forma como os fenómenos sociais e políticos afectam os sistemas florestais específicos das regiões de montanha de Portugal; analisar as reacções dos actores sociais às mudanças inerentes; descrever e analisar as principais tarefas e quais os grandes problemas que o associativismo florestal enfrenta no seu desafio quotidiano com esses fenómenos; descrever e analisar as razões para os produtores florestais adoptarem comportamentos associativos na situação actual, e reflectir sobre as perspectivas do desenvolvimento florestal no futuro.

Para esta análise foram aplicados inquéritos fechados de caracterização dos recursos materiais e humanos das ACF existentes na região em estudo, e feito o estudo de caso (EC) de uma ACF- Arborea. No nosso EC, aplicamos um guião de entrevista aos Técnicos Superiores e a Associados da Arborea. Foram avaliados diversos parâmetros, nomeadamente a caracterização geral das ACF em Trás-os-Montes e Alto Douro, um estudo aprofundado da Arborea (recursos materiais e humanos, base social, sistema de comunicação interna e relações inter-institucionais e comerciais, descrição detalhada da mancha florestal), e por fim, a perspectiva dos técnicos e associados.

Verificou-se que o associativismo florestal em Trás-os-Montes desenvolve um papel meritório no apoio técnico aos produtores florestais, sendo os principais problemas o facto de existir uma deficiente estrutura fundiária produtiva, uma inadequação das políticas e instrumentos de desenvolvimento florestal, uma débil interiorização dos valores do associativismo, e uma elevada idade média dos produtores.

No que respeita às formas de resolução dos principais problemas, propomos a melhoria da estrutura fundiária dos povoamentos, a facilitação dos procedimentos burocráticos, o

*Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e
Alto Douro, 1990-2010*

incentivo ao aproveitamento multifuncional da floresta e um claro esforço de interiorização dos comportamentos associativos.

Palavras-chave: Associativismo, desenvolvimento florestal, Arborea

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

ABSTRACT

The main objective of this work was to inform about the forest development of Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) in the last 20 years through the activity of ACF (Forestry Cooperative Association); specifically, through surveys from technicians and some associates of Arborea - Associação Florestal da Terra Fria Transmontana.

The specific objectives were: (i) to study the current situation of forestry associativism TM and the role of ACF in forestry development; (ii) to reflect about the impact of social and political phenomena on forestry systems specific of the mountainous regions of Portugal; (iii) to investigate the reaction of the social actors to the inherent changes; (iv) to describe and analyse the main tasks and major problems that the forestry associativism faces in its daily challenge with these phenomena; (v) to describe and analyse the reasons why forestry producers adopt associative behaviours in the current situation; and (vi) to discuss the perspectives of forestry development in the future.

For this analysis, closed surveys were performed in order to characterise material and human resources of ACF present in the region under study, and subsequently a case study (EC) of ACF Arborea was conducted. In our case study, an interview template was prepared and applied to the technicians and associates of Arborea. We evaluated many parameters such as the general characterisation of ACF in TMAD; an in-depth study of Arborea (material and human resources, social basis, internal communication system and inter-institutional and commercial relations; an exhaustive description of our forestry area; and at last, the perspective of technicians and associates.

The forestry associativism in Trás-os-Montes was found to be paramount in the technical support to the forestry producers, being the main problems the lack of a suitable productive land structure, forestry development instruments and inappropriate policy, a poor conscience of the associativism values, and a high mean age of the producers.

Concerning the approaches to solve the main problems, we propose the improvement of stand's land structure, the facilitation of bureaucratic procedures, the incentive to a multifunctional use of the forestry and a clear effort to accept the associative behaviors.

Key-words: Associativism, forestry development, Arborea

1.1 – As políticas de desenvolvimento florestal e os actores institucionais

Nas últimas duas décadas TMAD - Trás-os-Montes e Alto Douro foi alvo de diversas iniciativas de desenvolvimento agrário e rural.

O mais importante e abrangente de todos foi o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM) no início da década 80, inclui um conjunto alargado de medidas de desenvolvimento agrário e não agrário, que tinham como objectivo ordenar e modernizar os sistemas produtivos da região e aumentar a sua produção e produtividade. Foram concentrados esforços no desenvolvimento da vinha no Douro, a intensificação da produção leiteira juntamente com a modernização da cultura da batata de semente nos vales sub - montanos, a construção/melhoria dos sistemas de irrigação, entre outros. Este programa cunhou as grandes estratégias para o desenvolvimento de TMAD nas décadas subsequentes, designadamente a estratégia de desenvolvimento agrário pela via da especialização e intensificação da produção agrícola, ao jeito do modelo próprio do Banco Mundial, amplamente experimentado e implementado a nível global.

Já no âmbito da adesão à CEE, TMAD beneficiou do PEDAP – Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa e depois do PAMAF – Política de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal. Estes programas de desenvolvimento e financiamento visavam uma larga escala de acções, tais como infra-estruturas agrícolas, apoio às explorações agrícolas, floresta, investigação e desenvolvimento, formação e educação, organização e estudos estratégicos, transformação e comercialização de produtos agrícolas.

Em termos institucionais, logo após a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi constituída a DRATM – Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes com delegações territoriais as Zonas Agrárias, que se inteiraram de dar apoio técnico e burocrático aos agricultores. Surgiu também o ensino superior agrário, primeiro com a UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e depois com o IPB – Instituto

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Politécnico de Bragança. Estas instituições assumiram um papel de destaque na formação inicial de vários técnicos que acabariam por se fixar na região, e actuarem assim como fontes importantes de produção e de divulgação do conhecimento científico e agrário.

O modelo geral de modernização baseado na especialização e intensificação dos sistemas agrários, embora registasse sucessos importantes como é o caso da vinha no Douro e da olivicultura na Terra Quente, encontrou também grandes obstáculos nas particularidades de TMAD, pois aqui domina a pequena agricultura familiar, baseada em sistemas de agricultura tradicionais e com um leque variado de recursos animais e vegetais. De facto a aplicação deste modelo foi bastante complicada e de resultados técnico-económicos duvidosos como exemplos: o exagero cometido na plantação de vinhas no Douro, em zonas com grande declive, com dificuldades de exploração e de elevados custos de manutenção dos patamares; a introdução da produção leiteira em pastagens longe dos estábulos, e por conseguinte com muita dificuldade para alimentar convenientemente os animais no Inverno, como são exemplo algumas zonas do Planalto Mirandês e do Barroso; e ainda o grave problema de tinta e do cancro do castanheiro provocado pela intensificação das práticas culturais como a mobilização excessiva do solo). O modelo de apoio ao agricultor baseado no sistema de Treinamento & Visitas (T&V) prescrito igualmente pelo Banco Mundial, por seu turno, nunca se revelou suficientemente eficaz, o que determinou erros técnicos e hesitações. Todo o esforço desenvolvido na orientação dos recursos humanos se fez segundo o paradigma produtivista; muitos académicos seguiram esta esteira na construção da sua carreira profissional e depois transmitiram estes princípios e práticas aos técnicos que ajudaram a formar. Nestas condições é ainda mais difícil pedir a estas mesmas pessoas uma viragem rápida nos princípios que orientam a sua prática profissional (Pereira, 2004).

Esta viragem, ou reorientação do paradigma técnico – produtivo, surge nos anos noventa com as sucessivas reformas da Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC), que alarmadas com os excedentes de produtos comunitários, com o alto custo da sustentação do modelo produtivista e com algumas preocupações ambientalistas vai promover uma reorientação da política agrária no sentido da valorização dos produtos de qualidade e da protecção do ambiente e recursos naturais, nos quais o desenvolvimento dos recursos florestais ganha protagonismo.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

O problema é que deste modo a agricultura portuguesa foi apanhada em contra-pé e viu-se obrigada a modificar dramaticamente os seus sistemas produtivos. No entanto, perdeu-se tempo, recursos humanos e financeiros demasiado importantes para a protecção e valorização dos produtos regionais. Este problema ainda hoje tem consequências negativas, dada a reduzida escala produtiva, as dificuldades de comercialização, as hesitações dos produtores e das próprias políticas (Pereira, 2004).

Esta súbita viragem conduz a dois fenómenos que, no fundo, são o alvo do nosso estudo: o desenvolvimento da floresta e dos produtos florestais e o desenvolvimento do modelo associativo como actor principal do apoio técnico aos agricultores e produtores florestais através do PROAGRI - Programa de Apoio ao Reforço das Organizações de Agricultores.

1.2– O associativismo e o cooperativismo florestal em Trás-os-Montes

O associativismo desenvolve um papel de destaque no processo de desenvolvimento da agricultura e florestas nacionais. Reconhecendo este importante papel o estado português, no âmbito dos programas de apoio europeu ao desenvolvimento da agricultura portuguesa criou, no âmbito do PEDAP, um programa específico denominado PROAGRI que tinha o seu enquadramento legal no âmbito do Art.º 13.º-A, do Regulamento (CEE) n.º 2182/88, do Conselho de Ministros “Ajudas à dinamização de associações agrícolas”, conjugado com as alterações introduzidas pelo n.º 2 do Art.º 6.º do Regulamento (CEE) n.º 3464/87 de 17 de Novembro (Gaspar *et al.*, 1989).

O PROAGRI teve uma duração de cinco anos (1990-1994), e tinha como objectivos contribuir para o reforço da capacidade técnica e de gestão das Organizações de Agricultores (O.A.) entre as quais aquelas dedicadas ao desenvolvimento florestal, e melhorar a intervenção das O.A. na prestação de serviços de assistência técnica/vulgarização técnica aos seus associados e aos agricultores em geral (Gaspar *et al.*, 1989).

Em termos de componentes e estrutura do PROAGRI há a referir: capacidade técnica e de gestão (contabilidade adequada, admissão de gestores e quadros técnicos, estudos e assessorias); prestação de serviços aos agricultores (criação e desenvolvimento da capacidade de organização e manutenção dos serviços de vulgarização); instalações,

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

equipamentos e meios de transporte; formação profissional (para gestores, quadros técnicos e vulgarizadores); arranque e funcionamento (apoio ao estabelecimento das OA, participação de jovens agricultores nas OA e incremento do associativismo agrícola); gestão do programa e acções complementares (assegurar os meios financeiros para a coordenação e gestão do Programa, e dotar com infraestruturas, a nível nacional, as OA representadas na Comunidade Económica Europeia). Entre as entidades elegíveis, estão as associações de produtores florestais. O incentivo que o PROAGRI concedia era um subsídio a fundo perdido, cujo montante e níveis de financiamento foram previamente fixados para cada acção específica.

No caso concreto do desenvolvimento florestal, em 1992, inicia-se o processo de formação da Forestis - Associação Florestal de Portugal, dinamizado pela CCRN (Rebelo *et al*, 1999). A Forestis é uma das principais entidades responsáveis pelo associativismo em Portugal. A Forestis incentiva os proprietários a trabalharem em conjunto, no sentido de melhorar a qualidade dos produtos florestais, obter maiores rendimentos das matas e florestas e diminuir o impacto negativo dos incêndios florestais. Esta missão é ainda mais importante porque a mancha florestal, embora grande, está muito pulverizada, sendo impensável que seja gerida isoladamente. As operações de emparcelamento são demoradas e dispendiosas, é necessário levar os proprietários a aceitar a aglutinação das suas propriedades para efeitos de gestão conjunta, nomeadamente limpeza, arborizações, desbastes, cortes, sem que o direito de propriedade seja alienado. No geral é esta a missão que a Forestis, em colaboração com as associações suas associadas, vem perseguindo e alcançando nas últimas décadas em Portugal.

1.3 – As ACF como organizações do sector intermédio

As organizações do sector intermédio (ou organizações do terceiro sector ou organizações da sociedade civil) são assim designadas por expressarem o seu posicionamento entre o sector privado e o sector público, existindo aspectos consensuais que permitem esboçar a natureza da sua acção, as suas funções, a sua relação com o Estado e com as organizações privadas. No momento actual de crise mais ou menos generalizada, estas organizações possibilitam a maximização de recursos resultante da sua proximidade às pessoas, no caso presente aos produtores florestais.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

1.3.1. - As funções das organizações do sector intermédio

As organizações do sector intermédio visam assegurar produtos e serviços específicos aos associados e também constituir-se como movimentos de construção de cidadania plena e da própria sociedade (Boulte, 1991 *cit.* Pereira, 2004), determinando assim uma dinâmica interna e em interacção com a sociedade. Ao nível da dinâmica interna, o principal elemento que distingue estas organizações é a democratização da tomada de decisão, através da participação dos associados na eleição dos corpos gerentes e na Assembleia-Geral. Ao nível da relação com a sociedade, particularmente com a envolvente político - institucional e socioeconómica, ela é muito mais profunda e diversificada do que nas organizações privadas, dado que estas organizações perseguem objectivos que extravasam o plano técnico-económico e se situam também no plano político, social e cultural (Boulte, 1991 *cit.* Pereira, 2004).

A respeito das funções destas organizações, Esman e Uphoff (1994 *cit.* Pereira, 2004) propõem as seguintes, as quais procuramos ajustar à realidade presente respeitando, no entanto, o sentido original das mesmas:

- (1) Acções inter-organizacionais, como a planificação e definição de objectivos e a gestão de conflitos: a planificação e definição de objectivos, conduzida de forma activa e participada, contribuem para pertinência às acções de desenvolvimento, permitem monitorizar as acções melhorando o seu alcance e, de extrema importância porque duradouro, desenvolvem nas pessoas um sentimento partilhado das suas necessidades e capacidades. A divergência de interesses no seio das organizações, dentro de certos limites, é normal e útil, pois reforça o sentido de cooperação e a persecução dos objectivos e funções organizacionais. A sua negociação satisfatória, na observância dos interesses dos membros de uma organização face aos objectivos organizacionais comuns, é o seu produto mais valioso. A anomia, da qual também é sintoma a ausência do conflito, divergência e negociação, retira todo o sentido às organizações do sector intermédio. O autor relaciona a qualidade da gestão de conflitos, com o zeloso cumprimento dos mecanismos democráticos legais e estatutários, e com existência de mecanismos informais de controlo social eficazes.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

- (2) Mobilização e gestão de recursos: a mobilização de recursos é talvez a função das organizações locais mais valorizada pelo Estado. É desejável que a mobilização enquadre e conjugue, de forma equilibrada, recursos locais e recursos externos de origem estatal ou provenientes de outras entidades ou programas de desenvolvimento. Este equilíbrio é essencial para evitar dependências e garantir a sustentabilidade das acções de desenvolvimento. Como recursos podem ser entendidos: trabalho, dinheiro, materiais diversos e outros, menos mensuráveis mas essenciais, como expressão (peso) política e conhecimento endógeno. A gestão dos recursos envolve: a obtenção de financiamentos e eficaz aplicação dos mesmos; a manutenção e adequação dos recursos materiais e humanos da organização; a gestão eficaz, do ponto de vista económico e ecológico, dos recursos naturais mobilizados. Esta complexidade de tarefas exige preparação técnica de gestão, responsabilidade e honestidade.
- (3) Provisão e integração de serviços: compreende o conjunto de tarefas mais óbvias das organizações. São tarefas de carácter técnico e/ ou burocrático, cujo desempenho confere maior ou menor visibilidade aos olhos dos seus “clientes” directos e da sociedade em geral. É também a este nível que melhor se concretiza a integração das funções destas organizações com as funções disponibilizadas pelas agências estatais e pelas organizações do sector privado. Da correcta e harmoniosa integração destas funções depende a qualidade dos serviços prestados equitativamente aos cidadãos.
- (4) Intervenção político - institucional: como interlocutoras entre os cidadãos e o Estado, as organizações do sector intermédio podem representar um amplo leque de funções, que vão desde o controlo da burocracia e da implementação a nível local dos programas de desenvolvimento estatais, até às acções de reivindicação em favor da garantia de direitos dos cidadãos que representam legitimamente. Beck denomina estas formas de contra-poder como a sub-política, em que movimentos sociais de natureza muito diversa (cidadãos, grupos profissionais, grupos ecologistas, minorias) defendem interesses específicos tirando partido das fragilidades da política clássica (Beck *et al*, 2000: 17-23).

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

1.3.2 – As ACF em TMAD

Este ponto é baseado num estudo recente, feito em profundidade em 2004, dedicado em exclusivo ao papel do associativismo agrário em geral em Trás-os-Montes. Dada a sua especificidade e exclusividade somos obrigados a recorrer extensivamente às conclusões do mesmo. Isso vai-nos dar uma panorâmica geral que podemos contrastar com as conclusões do nosso próprio estudo.

Segundo Pereira (2004), a principal conclusão a retirar é a de que o associativismo, embora enfermando de vários males e dificuldades, desempenha um papel importantíssimo e único no apoio aos agricultores e produtores. Um papel que inicialmente coube ao estado, mas que depois foi “transferido”, diz o autor com ironia, como uma “batata - quente” para as mãos as organizações de agricultores e produtores, seguindo um caminho lógico, mas como é habitual em Portugal, feito de forma acelerada e pouco adequada.

A baixa participação dos associados nas organizações, o número excessivo de organizações, organizações inactivas, a dependência dos programas de financiamento do Estado, e por fim, mas de uma importância extrema, a pequena escala produtiva da maioria das produções existentes em TMAD, e até de uma forma genérica, em todo o país, são apenas alguns dos principais problemas do associativismo e cooperativismo agrário em Portugal, decorrentes do sistema mal orientado referido anteriormente.

De qualquer forma, mesmo que houvesse um aumento da escala produtiva e uma redução dos custos de produção, esta nossa escala continua a ser de pequena dimensão quando comparada com outros mercados europeus, sendo este um factor restritivo do competitividade e do progresso das actividades agrárias.

O associativismo agrário em TMAD e em Portugal, no geral, tem como função primordial estabelecer uma estreita relação entre a missão das organizações e os problemas reais dos associados, a vários âmbitos, tais como, a nível técnico, a nível produtivo, a nível humano e a nível social. Este último, apesar de ser não financiado e assumir-se como uma missão pouco reconhecida, é de extrema importância pelo contexto rural pobre, envelhecido e despovoado no qual as ACF estão inseridas. Outra missão do associativismo está relacionada com o aproveitamento dos financiamentos dos programas europeus, que nem sempre é feito da forma mais correcta, mas caso

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

contrário estes não seriam sequer aplicados no espaço rural português, e para mais tratando-se de zonas mais desfavorecidas, como é o caso da grande maioria das zonas rurais de TMAD. Há ainda a referir que o associativismo tem uma acção de destaque na preservação dos recursos naturais e do conhecimento local intrínseco aos sistemas produtivos e de transformação dos produtos regionais.

Finalmente, e no que respeita ao estado da arte dos movimentos associativo e cooperativo em TMAD, há em geral, uma boa situação traduzida pelos recursos materiais (instalações, viaturas, equipamentos de trabalho etc.) e pelos recursos técnicos (meios humanos qualificados). Para Pereira (2004), este último facto é o “elemento decisivo no sucesso ou insucesso das organizações de produtores, pois são os técnicos que promovem a partilha do conhecimento científico necessário ao desenvolvimento das actividades agrárias e ao mesmo tempo vão ocorrendo às necessidades humanas e sociais de muitos associados, ultrapassando a sua área estrita de conhecimento técnico - científico, caindo muitas vezes nas áreas do serviço social”. Estes técnicos usam o associativismo como ferramenta para materializar a aplicação das políticas de desenvolvimento agrário, tendo como objectivo primordial o apoio técnico às questões legais e burocráticas que se enquadraram a actividade florestal, seguidas do apoio técnico às questões técnico - produtivas. É do senso comum entre os técnicos que as ACF e o associativismo/cooperativismo desempenham uma marcante acção de contorno humano e social.

Se nos debruçarmos sobre as causas prováveis mais profundas do associativismo numa região conhecida pela entreatajuda, esta resulta do entrecruzar de relações familiares, de amizade e de vizinhança, que têm lugar e fazem sentido na “intimidade” da aldeia. Já o associativismo é uma coisa da política e/ou do Estado, sendo os objectivos e mecanismos de funcionamento, tal como a simbologia de que fazem uso, estranhos. Em consequência disto, as pessoas não conseguem compreender qual é o sentido daquilo que não se criou na aldeia, de uma forma colectiva e que por conseguinte não se põe em prática no dia-a-dia, e por isso o associativismo não é estabelecido como um padrão de cultura.

A terminar deixamos um pensamento do autor em jeito de epílogo e ainda um quadro resumo sobre a situação do associativismo agrário em TMAD. O associativismo e o cooperativismo em TMAD não nasceram de baixo, mas nasceram de cima; não são socialmente sustentados pela base social, mas são suportados a partir de dentro pelo

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

acção dos técnicos e dos dirigentes; não representam com a força necessária os interesses dos seus membros juntos dos decisores políticos, mas protegem aqueles destes; não geram as receitas necessárias à sua sustentabilidade financeira a partir da sua base produtiva, mas aproveitam os financiamentos directos e indirectos do Estado; não atendem com a eficácia desejada aos aspectos do desenvolvimento técnico - produtivos, mas ajudam ao cumprimento dos desígnios político - institucionais; não conseguem unir a base social para os objectivos comuns, mas dignificam todos os produtores associados/cooperantes e também alguns que não são (Pereira, 2004).

O estudo deste trabalho tem como cenário o papel do associativismo florestal no contexto político - institucional actual. O espaço temporal de análise centra-se nos últimos vinte anos, que corresponde basicamente ao período de implementação/consolidação do movimento associativo e cooperativo, iniciado com o programa PROAGRI lançado em 1989 integrado no programa PEDAP, que visava o desenvolvimento da agricultura portuguesa.

As razões da limitação do estudo a TMAD prende-se com o facto de ser possível capitalizar o conhecimento que fomos adquirindo no espaço de uma década de actividade profissional dedicada a esta região, bem como às limitações de ordem material e de tempo para a realização do mesmo.

O objectivo central deste trabalho será o de estudar o associativismo florestal em TMAD através da reflexão dos técnicos superiores e dos associados da ACF.

Os objectivos específicos são os seguintes:

- Estudar a situação actual do associativismo florestal em TMAD e qual é o papel das ACF no desenvolvimento florestal;
- Reflectir sobre a forma como os fenómenos sociais e políticos afectam os sistemas florestais específicos das regiões de montanha de Portugal; e como reagem os actores sociais às mudanças inerentes;
- Descrever e analisar as principais tarefas e quais os grandes problemas que o associativismo florestal enfrenta no seu desafio quotidiano com esses fenómenos;
- Descrever e analisar as razões para os produtores florestais adoptarem comportamentos associativos na situação actual;
- Reflectir sobre as perspectivas do desenvolvimento florestal no futuro.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

A recolha de informação teve lugar em duas fases: (1) aplicação de um inquérito fechado (Anexo I) de caracterização dos recursos materiais e humanos das ACF; (2) estudo de caso de uma ACF.

(1) A amostra de ACF teve como ponto de partida o Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC), e informação anterior de que dispúnhamos, através de contactos pessoais. A listagem assim obtida foi introduzida numa base de dados (*Excel*) contendo: o nome da ACF, contactos, concelho da sede, número de técnicos superiores, e a ordem de realização das entrevistas foi inserida sob a forma alfabética. Via telefone indagámos a permanência, ou não da actividade da ACF, e também a existência nos seus quadros de técnicos superiores florestais. No final resultou uma listagem de 33 ACF. Atendendo ao objectivo de estudar o máximo possível de ACF, aplicámos o questionário por via electrónica a todas as ACF confirmadas via telefónica. As entrevistas decorreram via *email* logo após o primeiro contacto por telefone, tendo sido assegurado aos entrevistados a confidencialidade da informação e perguntado se seria conveniente, ou necessário, solicitar autorização prévia à direcção da ACF. No início esclareceremos que o que pretendemos é estudar o associativismo florestal a partir “de dentro”, isto é, “através dos olhos dos técnicos”, sendo por isso fundamental que se expressassem por referência à sua vivência profissional e à respectiva ACF.

O trabalho teve início em Maio de 2010, com a aplicação de 32 inquéritos a todas as associações florestais de TMAD. Contudo, 14 associações não têm actividade, e por isso ficaram fora da nossa amostra.

Deste trabalho inicial de recolha de informação pudemos seleccionar a ACF “Arborea - Associação Florestal da Terra Fria Transmontana”, na qual procedemos à segunda fase do trabalho que consta da análise em profundidade da dinâmica desta associação. A escolha da ACF teve como primeiro critério o de ser reconhecida (subjectivamente, claro está) como uma entidade que desenvolve uma acção louvável e visível na sua área de intervenção, ou seja, uma ACF que funcione. Outros critérios auxiliares foram os seguintes: desenvolverem actividades técnicas (incluindo visita e apoio às explorações) e actividades de animação; terem ao seu serviço técnicos superiores; mostrarem receptividade à nossa presença e disponibilidade para apoiar o nosso trabalho do ponto de vista logístico. Além disto, a Arborea é associada da Forestis, que é a associação

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

mais importante na zona Norte, cujo intuito é apoiar activamente a gestão, a defesa e o associativismo na floresta privada e comunitária, ganhando assim voz activa e peso político as ACF associadas. Em resultado da sua actividade, a Forestis em 2001, foi reconhecida como equiparada a Organização Não Governamental do Ambiente. Actualmente, conta com 31 Organizações Proprietários Florestais (OPF) associadas, com âmbito de actuação sub-regional, que representam e apoiam tecnicamente mais de 12.000 proprietários florestais.

(2) Metodologia de estudo de caso

O Estudo de Caso (EC) é um método de pesquisa aplicado em várias situações, sobretudo quando o objectivo é o estudo em profundidade de uma questão. Se compararmos com outro tipo de pesquisas mais formais, o EC tem a vantagem de ser relativamente mais rápido e menos dispendioso, mantendo um nível elevado de precisão na informação obtida (Pereira, 1992). O EC pode ser ainda definido sucintamente, segundo Cristóvão (1986) citado por Pereira (1992), como “uma combinação de técnicas de recolha de dados, usada para obter informação profunda, sistemática e completa, sobre fenómenos de interesse”.

Em relação ao nosso EC, começamos por elaborar um guião de entrevista. Este guião obedeceu a uma estrutura básica constituído por quatro regras: identificar as questões básicas a ser abordadas; destacar as questões - chave; estabelecer o contexto em que as questões se enquadram; e, por último, arranjar as questões numa sequência lógica (Archer, 1987) citado por Pereira (1992).

Assim sendo, o nosso guião de entrevista possui indicação dos tópicos/ temas a serem abordados durante a reunião com os técnicos da Arborea, divididos em questões gerais (1), e descrição da actividade (2). O entrevistador é assim livre de explorar, testar e colocar questões que sirvam para elucidar ou iluminar certos aspectos da investigação (Patton, 1983) citado por Pereira (1992):

(1) Reflexão sobre as políticas de desenvolvimento florestal nacionais e em Trás-os-Montes, nos últimos 20 anos;

Comentário sobre a pertinência e eficácia dos programas de financiamento disponíveis;
Quais os principais problemas do sector florestal na actualidade?;

Quais as dificuldades principais da Arborea na sua missão de desenvolvimento florestal e apoio aos produtores florestais;

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Que reflexão faz sobre a questão do associativismo (pedir para relacionar n.º associados e a participação dos associados com os principais problemas e obstáculos);

Publicações de associativismo?;

Perspectivas futuras do desenvolvimento florestal em Trás-os-Montes?

(2) Número de projectos florestais para os associados (realizados e em curso: área, povoamentos, idade, operações silvícolas, custos, percentagem de financiamento oficial e quais os programas):

beneficiação (limpeza de mata: tipo de povoamento - misto ou puro; desrames; correcção de densidade; adensamento; espécie);

instalação (arborização: áreas intervencionadas em cada um, espécie - misto ou puro);

uso múltiplo (cinegética, apicultura, cogumelos);

Projectos da entidade;

Projectos de apoio à instalação (equipamento, rendas, sede própria)/ funcionamento, (RH, despesas administrativas, combustíveis) da associação.

Seguidamente, elaboramos um outro guião de entrevista para abordar na reunião com os associados da Arborea, os quais passamos a mencionar:

1. Enquanto produtor florestal, quais foram as razões que o levaram a apostar na floresta? Quais são as grandes dificuldades que enfrenta? O que pensa vai acontecer a sua propriedade florestal?

2. Qual é a sua perspectiva sobre o associativismo? Quais as principais vantagens? Quais os principais problemas?

3. No caso concreto da Arborea: O porquê de ser associado? Participa em assembleias, formações, cursos práticos? Quais são os principais apoios que recebe da associação? E em que aspectos se sente mais desapoiado?

4. Qual é a sua perspectiva sobre o desenvolvimento florestal em Trás-os-Montes? O que é que devia ser criado? O que é que devia ser modificado?

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Por fim, procedeu-se ao agendamento de uma reunião com os Técnicos da Arborea, tendo em vista ouvir a sua opinião sobre as questões acima referidas e também conseguir a sua autorização e colaboração para a nossa investigação. Posteriormente realizamos as entrevistas a quatro associados da Arborea. Recolhemos ainda os dados documentais necessários ao nosso estudo.

Neste capítulo está dividido em dois pontos principais. No primeiro (3.1) fazemos caracterização geral das ACF relativamente aos seus recursos materiais e humanos. No segundo (3.2) mostramos a dinâmica particular de uma ACF na qual decorreu o nosso estudo de caso.

3.1. Caracterização geral das ACF em TMAD

De forma a termos uma melhor percepção sobre o estado das ACF em TMAD (Anexo II), será dada uma visão global atendendo aos seguintes factores: ano de fundação da ACF, n.º de sócios fundadores, membros actuais, pessoal qualificado/ não qualificado, instalações, viaturas, equipamento informático e técnico, internet, técnicos superiores e género e participação dos associados em eventos, como evidenciado no Quadro 1. Como já referido no capítulo anterior, são 17 as ACF em actividade.

Quadro 1 – Resumo da análise estatística

Variáveis	%	0-10%	10-20%	20-50%	Mais 50%
Sede própria	56,3				
Sede alugada	43,8				
Viaturas	100				
Computadores	100				
Impressoras	100				
Acesso internet	100				
Participação Assembleias Gerais (%)		47,1	17,6	29,4	5,9
Participação encontros (%)		15,4	23,1	30,8	30,8
Participação feiras e exposições (%)		23,1	28,5	23,1	15,4
Participação acções formação (%)		20,0	20,0	26,7	33,3
Profissão Presidente					
Agro-florestal	25				
Reformado	25				
Outras	50				
Formação Académica Presidente					
Formação não superior	35,3				
Formação superior florestal	23,5				
Outra formação superior	41,2				

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Da análise do quadro, verificamos que 56,3% das ACF possuem sede própria contra 43,8% que alugam as instalações. No que diz respeito a viaturas (ligeiras ou pesadas), computadores, impressoras e acesso à internet, para todas as ACF inquiridas a resposta foi afirmativa. A modernização resultante da “reforma” no âmbito do já referido programa PROAGRI, incidiu mais nos recursos técnicos e materiais e menos na qualificação dos recursos humanos. Contudo, as missões das associações são mais do tipo administrativo, burocrático e de apoio técnico, o que as obriga a investir mais em recursos humanos qualificados e meios de informação e comunicação actualizados.

No que respeita à participação na vida associativa, os níveis muito baixos (0 a 10%) de participação verificam-se nas Assembleias Gerais com 47,1%. Nos restantes eventos, como as “Feiras e exposições” e Encontros”, revestidos de carácter lúdico/competitivo, assumindo uma importância extrema no processo de interiorização dos princípios associativos e também das boas práticas técnico - produtivas, as participações passam de níveis muito baixos para níveis baixos (10 a 20%) e médio - elevados (20 a +50%), sendo a participação de 28,5% e 61,6%, respectivamente. No que respeita às “Acções de formação”, apresentam uma percentagem de 33,3% para níveis superiores a 50%, que se explica pelo facto das ACF actuarem em áreas relativamente novas (comercialização, *marketing*, gestão, contabilidade, etc.), assumindo desde logo a formação dos associados um papel fundamental.

No que respeita à profissão do Presidente (Anexo III), predomina a área “Agro-florestal” e “Reformado” com uma representatividade de 25% cada. Quanto à formação do Presidente, cerca de dois terços possuem formação superior (41,2%) e cerca de um quarto formação superior na área florestal (23,5%). Isto pode dever-se ao facto de muitas associações terem sido promovidas por indivíduos com formação superior agrária (técnicos recém - formados, ou técnicos funcionários do Ministério da Agricultura), alguns dos quais passaram a integrar os corpos sociais.

Passando agora ao quadro técnico das ACF (Quadros 2 e 3) (Anexo IV), verificamos o seguinte:

Quadro 2 – Formação dos Técnicos Superiores

Formação Académica	%
Formação Florestal	69,7
Formação Agrária	21,2
Outra Formação	9,1

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Da análise do Quadro 2, pode concluir-se que a formação académica dos técnicos superiores nas ACF é maioritariamente florestal (69,7%), como seria espectável, seguindo-se a formação agrária com 21,2% e apenas 9,1% com outras formações não relacionadas com o sector agroflorestal.

Relativamente à formação profissional (Quadro 3), constata-se que numa grande parte das ACF (12), os técnicos superiores fazem cursos de formação profissional, e apenas em quatro ACF isso não acontece, havendo em média três cursos realizados por técnico superior. Num total de 38 técnicos superiores das 17 ACF, o curso de Formação de Formadores assume uma maior expressão, com 21 frequências, seguindo-se os cursos nas áreas de Gestão Florestal/ Cinegética com 16, Fogo Controlado/ Incêndios com 13, e SIG com 8. Para as restantes áreas, os valores de frequência nos cursos são residuais.

Quadro 3 – Cursos/ área Formação Profissional dos Técnicos Superiores

ACF	Técnicos	N.º Cursos	Áreas dos cursos												
			Ordenam. Territ./ Ambiente	Gestão Florestal/ Cíneg.	SIG	ArcView/ CAD	Cartografia	Fogo controlado/ Incêndios	Agricultura Biológica	Apicultura	Produção Integrada	Formação Formador.	Projectos	Outra	
Aguiarfloresta	A	2													
	B	3													
	C	2													
Agriarbol	A	3													
	B	4													
	C	5													
	D	1													
A mata	A														
	B														
Arborea	A	0													
	B	1													
	C	11		4			3								
	D	3													
	E	3													2
	F	1													
ACDBMB	A	0													
AFACC	a	1													
	B	0													
AFPicote															
Aflodonorte	A	4													
	B	2													
	C	2													
AFValeSousa	A	1													
	B	0													
	C	0													
	D	0													
	E	0													
	F	1													
APFCAFé	A	3													
APFVCampeã	A	3													
Capolib	A	10		2			3								
Florest'água															
Ribaflo	A	7													2
	B	9		3				2							2
	C	6		2											
Silvidouro	A	0													
	B	0													
Cedrus	A	7													4
	B	9													6
CASabodouro	A	0													
Total		104	3	16	8	3	3	13	3	1	3	21	5	25	

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

3.2. Estudo de caso da Arborea

Foram realizadas entrevistas em profundidade (com guião de entrevista) com os técnicos superiores e com os associados, que nos deram a conhecer as suas perspectivas sobre o processo de desenvolvimento florestal em Trás-os-Montes, e em particular, o impacto da ACF no mesmo.

3.2.1. Recursos materiais e humanos

A Arborea tem sede na Casa do Povo em Vinhais e duas delegações, uma em Bragança e outra em Vimioso. A sede é cedida pela Câmara Municipal de Vinhais e a delegação de Vimioso igualmente cedida mas pela Câmara Municipal de Vimioso, sendo apenas o espaço da delegação em Bragança arrendado pela Câmara Municipal de Bragança. Possuem duas viaturas ligeiras, seis computadores, quatro impressoras e têm acesso à internet.

Esta ACF foi fundada em 1997 com 21 sócios fundadores, possuindo actualmente 408 associados. Os corpos sociais são constituídos da seguinte forma: a Direcção é constituída pelo Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro, um Vogal e dois Suplentes, sendo o Tesoureiro agricultor e os restantes membros reformados. A mesa de Assembleia-Geral é constituída pela Presidente que é reformada, um Vice-Presidente que é técnico da AFN, um Secretário que é Eng.^a Florestal, e um Suplente que é reformado; por fim, o Conselho Fiscal é formado pelo Presidente que é contabilista, um Secretário que é advogado e agricultor, um Relator e um Suplente, ambos reformados. (Figura 1)

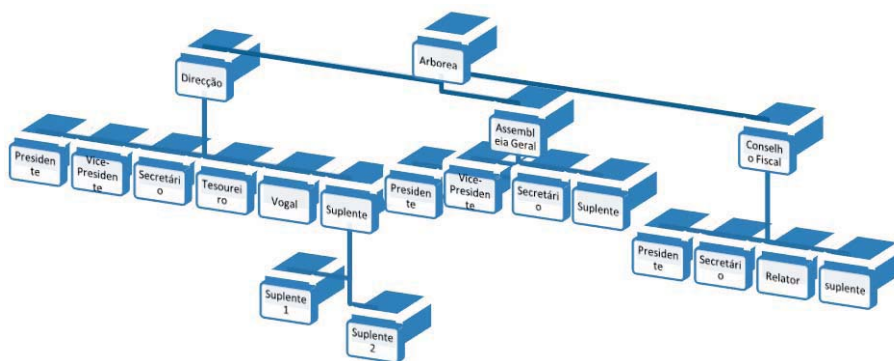


Figura 1 – Estrutura hierárquica da ACF

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

A Arborea apresenta a estrutura representada na Figura 2.

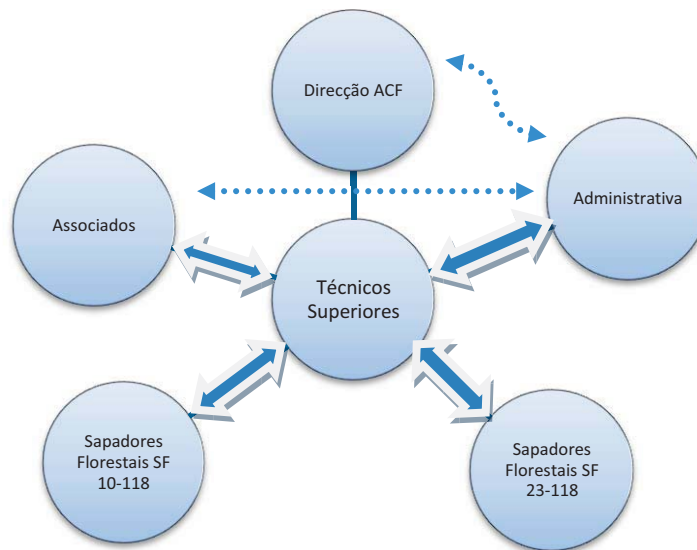


Figura 2 – Sistema interno da ACF

Em relação aos técnicos superiores, na altura em que iniciamos o nosso estudo, a Arborea possuía seis técnicos mas actualmente apenas três continuam. A redução do número de técnicos ficou a dever-se ao facto do Proder ter reduzido as ajudas ao investimento florestal dos privados, sendo que a Arborea se viu obrigada a dispensar técnicos.

Há ainda a referir que há uma técnica administrativa que exerce as suas funções na delegação de Bragança e duas equipas de sapadores florestais. Uma das equipas possui cinco elementos, designada SF 10-118 que existe desde 2001, e outra mais recente com apenas quatro elementos denominada SF 23-118 que existe desde 2008. É ainda de referir que cada equipa tem uma viatura em regime de comodato, cedidas pela AFN.

Na altura de incêndios, que coincide com a altura de maior calor (Verão) estas equipas de sapadores fazem vigilância, detecção, primeira intervenção e combate a incêndios. Para isso, dispõem de uma viatura equipada com um kit de incêndios, com um depósito de água e outras ferramentas para auxiliar na primeira intervenção. No resto do ano fazem silvicultura preventiva (limpeza de matos) em áreas públicas, ou seja, geridas pela AFN, em baldios e também para particulares. Para a silvicultura preventiva têm motorroçadoras, motosserras, serrotes, enxadas para a manutenção de valetas e pás de incêndio. A SF 10-118 tem 1 kit de incêndios, 6 mangueiras 25m/25mm, 1 agulheta, 6 espalhadoras, 6 pás, 4 pás de incêndio, 2 picos, 10 enxadas, 4 macleod's, 3 pulaski, 9 pedoas, 2 machados, 2 guinchas, 4 serrotes Wolf, 1 serrote extensível Sthil, 2 serrotes

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

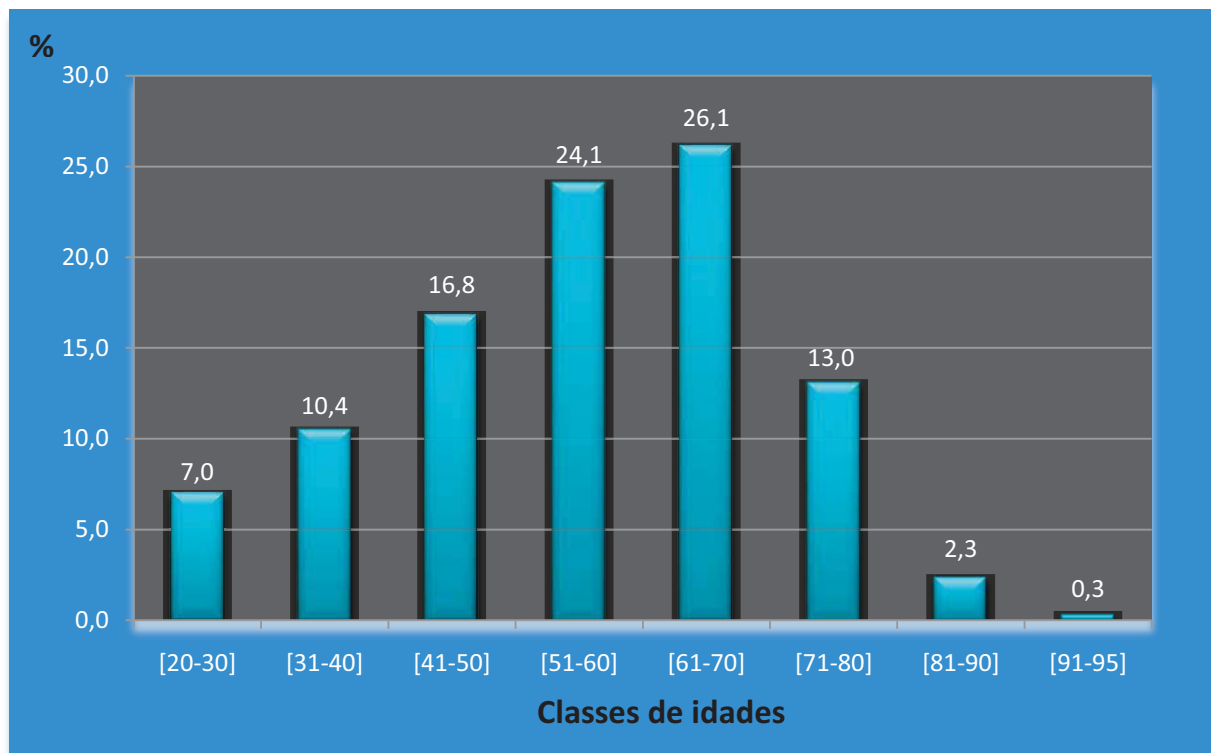
de madeira, 8 bombas dorsais, 2 pinga lumes e 5 botas de água. A outra equipa SF 23-118 tem 5 motorroçadoras, 1 kit de incêndio, 5 pás de incêndio, 5 macleoad's, 3 motosserras e 7 enxadas.

3.2.2. A base social da associação

A ACF tem um total de 415 associados, dos quais 12 são associados colectivos (associações, juntas de freguesia, cooperativas e empresas). No Anexo V pode ser consultada uma lista com todos os associados.

Pela análise do Gráfico 1, a maior representatividade dos associados está localizada na faixa etária [61-70] com 26,1%. Seguidamente surge a classe entre os 51-60 anos com uma expressão de 24,1%, tendo os associados de 41 a 50 anos uma percentagem de 16,8%. Nos associados com idades compreendidas entre os 71-80 anos apenas temos uma percentagem de 13%, sendo os mais jovens [20-40] anos representados por valores inferiores a 10,5% e os mais idosos por um valor residual na ordem dos 2%.

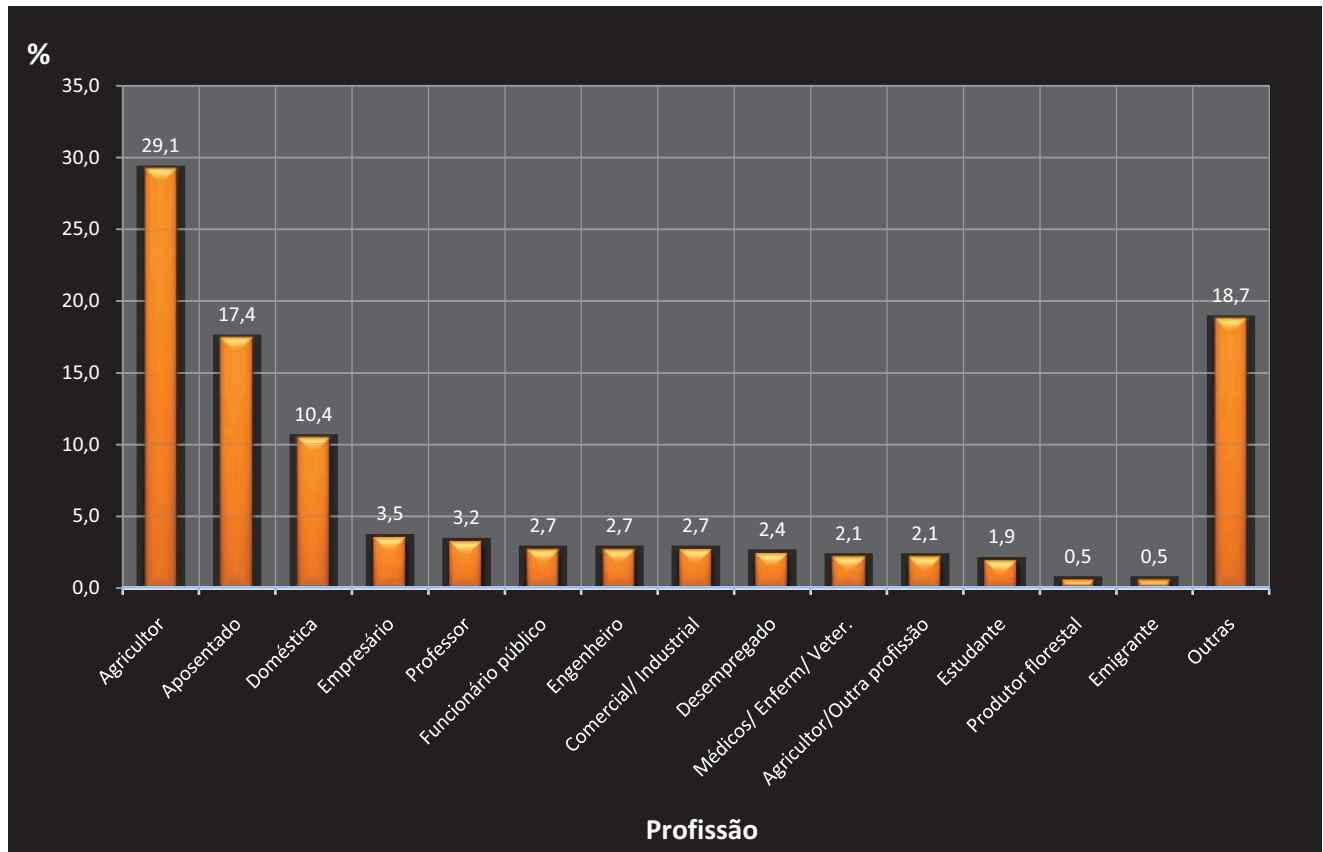
Gráfico 1 – Classes etárias dos associados



Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

No que respeita às profissões (Gráfico 2), verifica-se que a mais significativa é “Agricultor” destacando-se das restantes com 29,1%, este facto atesta a relação próxima existente entre a actividade agrícola e a actividade florestal.

Gráfico 2 – Profissões dos associados



A classe dos “Aposentados” com 17,4% e das “Domésticas” com 10,4% apresentam ainda uma expressão relevante. Todas as restantes profissões assumem expressões iguais ou inferiores a 3,5%. Foi necessário ainda criar um grupo denominado “Outras” (com 18,7%) onde estão incluídas profissões ainda menos representadas, como se pode verificar através do quadro no Anexo VI.

3.2.3. Sistema de comunicação interna e relações inter-institucionais e comerciais

A forma que a ACF tem para agilizar o sistema de comunicação interna é através da realização de reuniões. As reuniões entre a Direcção e os Técnicos Superiores são de periodicidade mensal. As reuniões entre os Técnicos Superiores são sempre feitas no final de cada mês, sendo orientadas pelo Coordenador dos Técnicos Superiores. Nestas reuniões é feito um balanço do trabalho realizado, bem como a programação das tarefas/

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

prazos a cumprir. Também são realizadas as assembleias-gerais, com a periodicidade necessária, contando sempre com a participação dos associados. É frequente o recursos de vários canais, como o contacto pessoal, o telemóvel e o *email*.

O ambiente predominante em termos de comunicação é saudável e eficaz, e o facto de ser prática constante o “sistema da porta aberta” do gabinete facilita as constantes interações que a natureza compósita das tarefas obriga. É dada importância elevada dada à amizade e ao companheirismo entre os colegas de trabalho e ao respeito e profissionalismo que devem “temperar” as relações entre os técnicos e directores. Isto não é incompatível com a especialização de tarefas, que existe de uma forma bem pronunciada, simplesmente as várias especializações estão eficazmente relacionadas. Em casos de alteração de rotina, determinada por picos de trabalho específico ou ausência forçada de um elemento, conjugam-se esforços ou substitui-se o colega de trabalho. Contudo, podem eventualmente surgir desacordos entre os técnicos em relação à distribuição de tarefas, à interligação das mesmas e até à remuneração auferida.

A ACF desenvolve relações institucionais (Figura 3) através de protocolos e de projectos, com entidades tais como: Associações Florestais, Federação (Forestis), Câmaras Municipais (Bragança, Vinhais e Vimioso), Governo Civil de Bragança, IPB/ESA, UTAD, organismos do Estado (DRAP - Norte, IFAP, AFN), e até já colaboraram com a Associação Florestal da Galiza (Espanha). Com uma certa regularidade fazem sensibilizações e palestras em Escolas do Ensino Básico e Secundário (Instituições de Ensino).

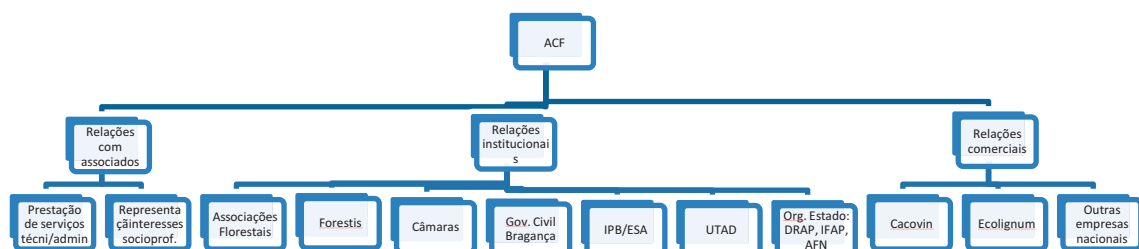


Figura 3 - Relações inter-institucionais e comerciais

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

A Arborea tem relações comerciais com a Cacovin - Agro Indústria em Vinhais que é a empresa que fornece os adubos que foi criada para a comercialização de castanha, e com a Ecolignum – Madeiras Nobres de Vinhais, Lda. que é uma empresa de serração. A título informativo, a Arborea tinha uma quota na Sociedade da Cacovin. Contudo, existe um leque diversificado de outras empresas nacionais que fornecem adubos e produtos para o tratamento de castanheiros.

A relação da ACF com os associados tem lugar através da componente de prestação de serviços técnicos e administrativos/ burocráticos e componente da representação dos interesses socioprofissionais.

3.2.4. Descrição detalhada da mancha florestal da ACF

Antes porém de passarmos à mancha florestal da Arborea, vamos fazer referência a um conjunto de projectos da própria entidade, tal como já referido no Capítulo II.

No que respeita aos projectos da entidade, existem quatro na ACF em estudo: Agro 176, Agro 689, Agro 179 e Agris acção 3.3, que podem ser vistos em detalhe nos quadros do Anexo VII. Este tipo de projectos mais não são do que protocolos que a Arborea possui com entidades estatais ou privadas, sendo estas mesmas as gestoras dos projectos.

No que concerne aos projectos de apoio à instalação (Anexo VIII), foi elaborado no ano de 2001 uma candidatura ao Programa AGRIS, sub-acção 3.1-Instalação de Organizações de Produtores Florestais, para apoio à instalação, tal como o próprio nome indica, nomeadamente a aquisição de equipamento, o pagamento de rendas, de despesas com RH e administrativas, entre outras.

Passando então à mancha florestal dos associados da Arborea, calculamos os valores por área e por investimento total e médio da referida mancha, apresentado no Quadro 4:

Quadro 4 – Área/ investimento total e médio da mancha florestal

	Total	Misto	Simple	Castanheiro	Pinheiro bravo	Freixo	Carvalho negral	Cupressus	Cerejeira	Sobreiro
Nº projectos	65	27	38	24	6	1	3	2	1	1
Área (ha)	532,35	277,19	255,16	127,03	38,4	9,75	29,88	40,84	7,39	1,87
Área (%)		0,52	0,48	0,24	0,072	0,018	0,056	0,077	0,014	0,004
Área Média (ha)	8,19	10,27	6,71	5,29	6,40	9,75	9,96	20,42	7,39	1,87
Investimento total (€)	924830,56	518428,9	406401,66	245532,44	44777,66	4140,36	45035,8	50973,73	13618,75	2322,92
Investimento (%)		0,56	0,44	0,27	0,05	0,004	0,05	0,06	0,01	0,003
Investimento médio (€)	14228,16									
Mancha corrigida										
Nº Projectos	105									
Área (ha)	859,95	447,77	412,18	205,2	62,03	15,75	48,27	65,97	11,94	3,02
Investimento total (€)	1493957,05	837462,07	656494,98	396629,33	72333,14	6688,27	72750,13	82342,18	21999,52	3752,41

O número total de projectos dos associados (Anexo IX) da ACF desde 2000 a 2010 é de 105. Destes foram efectivamente estudados 65, dado que: 5 foram reprovados; em 7 houve desistência por parte dos proprietários, 1 é um ponto de água e 27 não foram analisados por constrangimentos de tempo.

Relativamente aos 65 projectos estudados verificamos que: a área total é de 532,35ha e a área média é de 8,19ha; a área dos povoamentos mistos é superior (277,19ha) à dos povoamentos simples (255,16ha), no entanto o número de povoamentos mistos é inferior ao de povoamentos simples, o que significa que a sua área média é maior. No que respeita ao investimento total, este é de €924 830,56 sendo o investimento médio de €14 228,16. Os povoamentos mistos carecem de um maior investimento (56%) quando comparados com os povoamentos simples (44%).

Avaliando com mais rigor o impacto efectivo da ACF, estimamos os valores da mancha florestal (mancha corrigida) a partir dos valores médios encontrados na área efectivamente estudada, isto é, para os 105 projectos, temos que: a área total é de 859,95ha, tendo os povoamentos mistos uma área igualmente superior (447,77ha) quando comparados com os povoamentos simples (412,18ha). O investimento seria de €1 493 957,05, exigindo os povoamentos simples (€83 7462,07) um menor investimento que os povoamentos mistos (€65 6494,98).

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Para uma melhor percepção da abrangência dos projectos estudados pela Arborea, apresentamos de seguida a mancha florestal desses mesmos projectos realizados pela Arborea, de acordo com os três concelhos (Bragança, Vinhais e Vimioso) e respectivas freguesias (Figura 4):

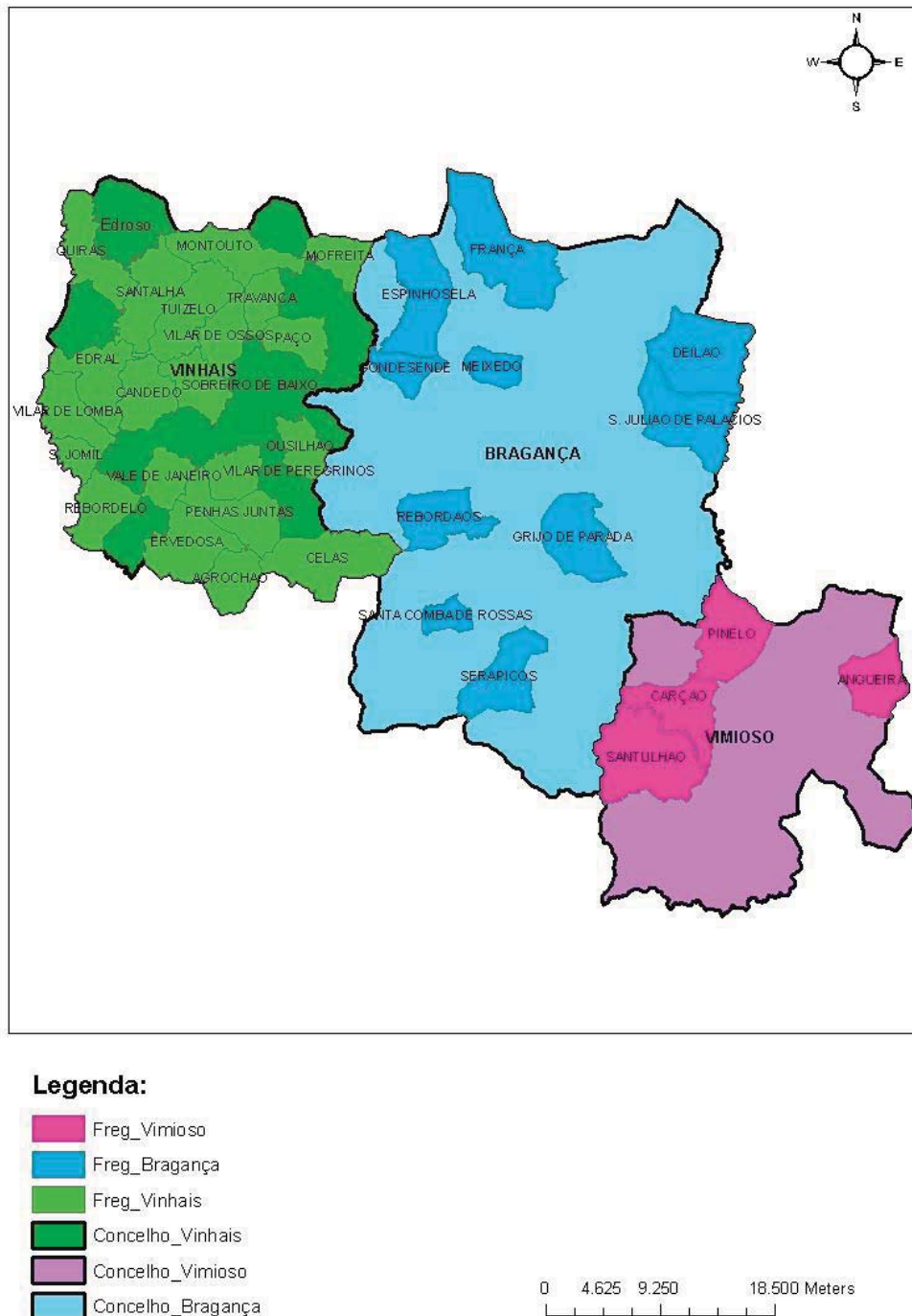


Figura 4 - Mancha florestal dos projectos realizados pela Arborea (mapa elaborado por Arsénio, J.A.T., LIGEOF/ESA/IPB, 2011)

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Facilmente se percebe que a área de intervenção mais significativa para a realização de projectos pela Arborea incide em Vinhais, com projectos realizados em 33 freguesias (com 13 freguesias anexas), seguindo-se o concelho de Bragança com projectos efectuados em 11 freguesias, e por fim, o concelho de Vimioso com projectos instalados em 4 freguesias. Note-se que numa mesma freguesia, pode decorrer a instalação de mais de um projecto.

Para uma melhor compreensão do Quadro 5, as operações silvícolas foram agrupadas em quatro categorias: Operações de instalação: preparação do terreno e plantação, Outras operações e Operações de beneficiação.

Começando pelas “Operações de instalação”, estas foram divididas em preparação do terreno e em plantação. A preparação do terreno inclui diversas operações como a limpeza de matos manual/ mecânica, a ripagem, a lavoura contínua/ faixas, a abertura de regos de plantação/ covas de plantação/ vala e câmoros, a gradagem em faixas e o arranque da vinha. Já a plantação inclui a marcação e a piquetagem, o transporte de plantas, a plantação propriamente dita/ sementeira, a adubação e ainda as análises laboratoriais do solo.

Seguidamente, as “Outras operações” são realizadas um ano após a instalação do projecto, e podem ser a retanchar, a sacha e amontoar/ regularização de superfície/ escarificação e a colocação de cercas/ protectores individuais.

Por fim, as “Operações de beneficiação” englobam uma série de operações de controlo e melhoramento do povoamento, tais como o controlo da vegetação espontânea, as desramas, a correcção da densidade, os tratamentos fitossanitários, o aproveitamento da regeneração natural, a enxertia, a rolagem, o adensamento, as podas de formação e frutificação, a melhoria e consolidação de povoamentos, a micorrização, a selecção de varas e o corte final.

Pela análise do quadro anteriormente apresentado, podemos constatar que a preparação do terreno e a plantação são as operações silvícolas mais frequentes, pois são usadas na fase de instalação do projecto, surgindo em menor frequência as outras operações e as operações de beneficiação.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Quadro 5 – Operações silvícolas dos projectos estudados

Operações silvícolas/ N.º projecto	Operações instalação a) Preparação terreno	Operações instalação b) Plantação	Outras operações	Operações beneficiação
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
11				
12				
13				
15				
16				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
34				
35				
36				
38				
41				
42				
46				
49				
50				
51				
53				
54				
55				
56				
59				
62				
67				
68				
71				
73				
75				
77				
80				
82				
83				
86				
87				
90				
91				
93				
95				
96				
97				
98				
101				
104				
105				

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Apresentamos de seguida quatro fotografias (Figuras 5 a 7) de três dos projectos estudados, na zona de Vinhais, onde se pode observar em pormenor a fase de instalação dos povoamentos.



Figura 5 – Fase de instalação de um povoamento de castanheiro (Projecto Ruris n.º 2001.23.001431.6) da Quadra (Vinhais) (Borges, A.; 2011)



Figura 6 - Fase de instalação de um povoamento de castanheiro (Projecto Ruris n.º 2001.23.001431.6) da Quadra (Vinhais) (Borges, A., 2011)

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010



Figura 7 - Povoamento com 7 anos de pinheiro bravo (Projecto Ruris n.º 2002.23.001334.0) de Vilar de Lomba (Vinhais) (Borges, A., 2011)



Figura 8- Fase de instalação de um povoamento de castanheiro (Projecto Agros n.º 2003.23.001219.1) de Sobreiró de Baixo (Vinhais) (Borges, A., 2011)

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

3.3. A perspectiva dos técnicos e associados

Relativamente às **políticas de desenvolvimento florestal nacionais e em Trás-os-Montes nos últimos 20 anos**, os técnicos pensam que de um modo global, o grande problema das políticas florestais prende-se com a reestruturação dos serviços oficiais que se reflecte negativamente na definição e implantação de uma estratégia coerente de desenvolvimento florestal. A título de exemplo, desde 2002, já existiram a DGF, a DGRF e por fim a AFN, enquanto entidades coordenadoras.

Outro problema muito referido diz respeito ao nível de abandono e pouco cuidado colocado na implantação e manutenção dos povoamentos florestais financiados, o que se deve a um comportamento inadequado por parte dos proprietários florestais. Isto determinou que parte do investimento se traduzisse, afinal, por ganhos escassos em termos de desenvolvimento florestal. Com a entrada do 3.º Quadro Comunitário em 2007, a fiscalização por parte do Estado tornou-se mais rigorosa no cumprimento escrupuloso do caderno de encargos do projecto, desta forma os beneficiários viram-se obrigados a realizar cuidadosamente as operações silvícolas necessárias e acordadas. Este facto reflectiu-se numa melhoria sensível da qualidade e do desenvolvimento dos povoamentos florestais.

Apesar de todas as limitações, entidades como as Juntas de Freguesia e as Comissões de Compartes de Baldios, que aproveitaram os financiamentos para a implementação de áreas florestais de maior dimensão, constituíram-se como os grandes beneficiários deste tipo de programas. E, por seu turno, contribuíram em larga medida para aquilo que podemos considerar o sucesso dos programas de desenvolvimento florestal. Em concreto, estas organizações e respectivos proprietários beneficiam todos os anos de remunerações importantes no contexto da economia local.

Ainda assim, é opinião corrente dos técnicos que “não houve uma discriminação positiva para a floresta”, indiciando a ideia de que o desenvolvimento florestal em regiões deprimidas, como é o caso, carece de investimentos consideráveis que permitam vencer os atrasos e entraves acumulados ao longo de décadas de desenvolvimento regional mal concebido e realizado.

No que respeita à **pertinência e à eficácia dos programas de financiamento disponíveis**, os técnicos referiram que há dois tipos de programas de financiamento, o

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Fundo Florestal Permanente (FFP) e o Proder, salientando que o primeiro funciona melhor que o segundo, dado que a sua implantação é conseguida através das designadas ZIF (Zona de Intervenção Florestal), que possibilitam a realização de investimentos e de operações de manutenção conjuntas, o que se traduz por uma optimização dos recursos aplicados. Nas ZIF, no primeiro ano há apoio a 100% à implementação e depois durante dois anos existe financiamento que cobre parte considerável das operações de manutenção. Por sua vez, o Proder beneficia mais o proprietário individual ao nível da instalação e manutenção. No caso de se tratar de arborização de terras agrícolas, beneficiam ainda do PPR (Prémio pela Perda de Rendimento). O menor interesse deste programa reside exactamente em se tratar de apoios individuais.

Contudo em termos de eficácia, os técnicos são unânimes em dizer que ambos os programas ficam aquém do desejável, dado que o tempo de avaliação das candidaturas é demasiado extenso (aproximadamente doze meses) e, ainda pela exigência de nos pedidos de pagamento solicitarem os extractos bancários de levantamento do cheque por parte do empreiteiro; ou seja, isto obriga a que o promotor do projecto adiante o capital necessário à execução de algumas tarefas prévias, tais como: pareceres técnicos e autorizações de entidades como Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias, e PNM.

Relativamente às **principais dificuldades da Arborea na sua missão de desenvolvimento florestal**, os técnicos referem as seguintes:

- 1- Dificuldades em gerar receitas próprias; pois, os subsídios do Estado estão direccionados para os proprietários e não para a aquisição de meios colectivos da associação que possam ser utilizados por vários proprietários e desta forma serem cabalmente aproveitados; é verdade no entanto que as associações enquanto entidades colectivas beneficiaram anteriormente de apoios específicos ao desenvolvimento das estruturas comuns, nomeadamente em termos de meios técnicos, equipamentos, e recursos humanos;
- 2- Os atrasos e a complexidade burocrática também não ajuda à interiorização da necessidade de investir conscienciosamente na floresta e à adopção dos comportamentos e atitudes associativas
- 3- O facto dos principais rendimentos dos investimentos florestais só terem retorno do investimento muito tempo depois (agravado pelo decréscimo contínuo do preço da madeira), o que leva a algum desânimo da parte dos proprietários; todavia, este

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

problema pode e deve ser minimizado pelas medidas de apoio à perda de rendimento, assim como pela adopção de projectos de aproveitamento múltiplo da floresta (mel, carbono, cogumelos, castanha, povoamentos mistos);

4- A inexistência de um cadastro que agilize todas as operações relativas à titularidade dos terrenos, à identificação das suas aptidões produtivas, e consequentes tarefas de execução de projectos e ainda, como ponto prévio, a uma verdadeira estratégia de desenvolvimento florestal;

5- A mentalidade dos produtores traduzida pela adopção de comportamentos e atitudes não promotoras do espírito associativo; “às vezes só se associam por causa dos projectos, não participando depois nas actividades associativas, já realizamos Assembleias-Gerais, com a presença de apenas 15 em 400 associados”;

6- A idade avançada da maioria dos associados (ver ponto 3.2.2) determina um conjunto acrescido de dificuldades já referidas, nomeadamente a falta de perspectiva de benefício do retorno dos investimentos realizados (embora este problema seja contornado pela ideia de deixar os benefícios para os filhos); as dificuldades de literacia; a menor apetência para a adopção de inovações (embora também seja verdade que há exemplos concretos que contrariam esta atitude); por fim, a consciência por parte da direcção e dos técnicos da mais do que provável redução acentuada da base social da associação, devido à idade avançada da maioria dos associados.

Em termos de **apoio concreto aos produtores**, a Arborea, dado que os financiamentos ao sector florestal deixou de ser feito segundo uma lógica associativa, como já foi referido, a Arborea viu-se obrigada a funcionar segundo a lógica da prestação de serviços técnicos aos associados. Assim, desenvolve entre outras, as seguintes actividades: elaboração de candidaturas; venda de produtos (cogumelos, adubos, madeira) e, fora do âmbito estrito das funções da associação, mas de importância maior atendendo às características sócio - culturais dos associados, realiza tarefas como: declarações da Segurança Social, documentos das Câmaras, Finanças e Tributação, e mesmo assuntos do foro pessoal e privado. Sendo importante notar que embora estas tarefas não geram receitas, mas geram custos, o que representa um encargo adicional à sustentabilidade da associação.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Ainda no campo das tarefas desempenhadas pela Arborea, merece destaque particular a sua preocupação e esforço de produção de conhecimento técnico e científico, plasmado na produção de cerca de uma dezena de publicações (listagem no Anexo X).

A respeito da **reflexão sobre o futuro do associativismo**, na opinião dos técnicos, para incrementar o associativismo, o ideal era estruturar um contrato-programa com as organizações com o objectivo de ter “um antes” e “um depois”, com objectivos bem definidos por ano, com visitas às explorações por exemplo. Desta forma aumentava a responsabilização quer dos proprietários, quer das organizações associativas, permitindo a identificação e posterior selecção daquelas que obtivessem resultados positivos para efeitos de candidatura a ajudas posteriores.

Todos os técnicos são da opinião que o associativismo está mal, sendo a mentalidade dos associados (baixa participação, mentalidade não associativa) fulcral. Uma grande parte do problema do associativismo é o facto de não haver ligação entre a associação e os centros de produção de conhecimento técnico e científico. Ao nível dos associados é necessário proceder a acções de formação que conduzam à interiorização e à prática dos princípios associativos.

Relativamente às **perspectivas futuras do desenvolvimento florestal em Trás-os-Montes** os técnicos de uma forma geral, têm uma visão pouco optimista que é determinada por todos os problemas anteriormente referidos, pelo atraso em encontrar formas alternativas de valorização da floresta e ainda pelo atraso de na implementação de um processo de certificação florestal que permita a protecção dos produtores, assim como a valorização dos respectivos produtos florestais. Em jeito de apelo, é necessário levar a efeito todas as propostas anteriormente referidas sob pena de, uma vez finalizados os financiamentos oficiais, se assistir ao declínio da mancha florestal.

Passando agora à perspectiva dos associados, indagamos acerca das **razões que os levaram a ser produtores florestais**. De um modo geral as razões invocadas prendem-se com o gosto pela floresta e pela natureza, todavia associado à actividade agrícola. O facto de terem nascido no meio rural influencia a escolha, usando um dos associados uma expressão que não podemos deixar de destacar “Costumo dizer que nasci debaixo

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

de um castanheiro, porque sempre gostei disto. Sou produtor por gosto, e nunca obrigado”. Esta combinação de actividade florestal e de actividade agrícola permite aproveitar para floresta terrenos que já não utilizados para a actividade agrícola.

Também de um modo geral a principal opção é pela instalação de povoamentos de castanha devido à sua elevada rentabilidade e relativa rapidez do retorno do investimento. Outra razão que contribui para esta opção reside na menor exigência de trabalho em comparação à actividade agrícola, o que se adequa às idades mais avançadas de muitos destes produtores.

No que diz respeito às **dificuldades**, a existência de doenças, sobretudo a tinta do castanheiro e do cancro, são as mais referidas, pois atacam massivamente os castanheiros e os custos para os tratamentos são muito elevados, bem patente na seguinte expressão “No ano passado, em 2010, foram dizimados muitos castanheiros em Meixedo por causa da tinta, e para os tratar ficou bem caro!”. Outra dificuldade apontada consiste nas exigências burocráticas para a realização dos projectos, sendo o PNM o principal visado destas queixas.

Relativamente ao **futuro da propriedade florestal** encontramos um desânimo generalizado assente na ideia de que as terras serão cultivadas enquanto os produtores puderem, dado que a descendência não tem vocação para seguir este legado, porque não dá dinheiro e porque as pessoas hoje em dia já querem outra vida que não a do campo.

Passando para a **perspectiva sobre o associativismo** esta não é nada optimista. Referem que o apoio que têm por parte da Arborea é reduzido, porque a própria associação não tem como ajudar mais. Já seria um grande avanço se fosse conseguido uniformizar o preço dos produtos, como por exemplo o da castanha, deixando de haver intermediários neste processo, seguindo o caminho do cooperativismo, e só assim seria benéfico para todos, mas só se fosse bem orientado. A Arborea, apesar dos reduzidos meios que possui para apoio aos associados, ajuda nas candidaturas aos projectos (subsídios à propriedade), no aconselhamento dos tratamentos aos castanheiros, na deslocação de um técnico à propriedade florestal, e até no apoio a assuntos que em nada tem a ver com o trabalho deles, tais como questões pessoais dos associados.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Os produtores fizeram-se **associados da Arborea** maioritariamente por conhecimento de alguém que lhes indicou a associação, e também porque já lá realizavam os procedimentos relativos aos subsídios e até alguns projectos na condição de não associados. Sempre que podem e, de uma forma genérica, **participam** nas Assembleias-gerais, nos cursos práticos de castanha, nas acções de formação e divulgação, pois sempre adquirem mais conhecimentos de como tratar a propriedade.

Finalmente, sobre o **desenvolvimento florestal em Trás-os-Montes**, a opinião geral é bastante derrotista, dado que é necessária uma maior ajuda por parte da Arborea, pois a rentabilidade da floresta é morosa e tem associado custos de implementação elevados. Como já foi referido anteriormente, a existência do PNM é sinónimo de entrave ao desenvolvimento, com exigências e proibições que atrasam o avançar das propriedades florestais e do seu conseqüente rendimento. Acreditam, contudo, que com as ZIF criadas, passe a existir mais ajuda nos apoios financeiros aos associados, bem como um maior controlo no tratamento das doenças. Referiram ainda que se fossem criados incentivos por parte do Estado para os jovens, eles acabavam por “pegar” nas terras abandonadas e continuar o trabalho dos produtores, aplicando os conhecimentos adquiridos através do estudo no ensino superior.

Este trabalho demonstra que o associativismo florestal assume uma grande importância no desenvolvimento da floresta em Portugal; facto já sublinhado por outros autores (Forestis, 2010).

Apesar de todas as limitações apontadas pelo nosso estudo e também referidas em estudos precedentes (Dinis e Semeador, 2003; Pereira, 2004), o associativismo florestal em TMAD desenvolve um trabalho altamente meritório no apoio técnico aos produtores florestais. Os principais problemas apontados são a deficiente estrutura fundiária produtiva (Coelho, 2003; Forestis, 2010), a inadequação das políticas e instrumento de desenvolvimento florestal (Coelho, 2003) e a deficiente interiorização dos valores do associativismo (Dinis e Semeador, 2003; Pereira, 2004).

A juntar a estes problemas, são ainda de referir, no caso particular da Arborea, a elevada idade média dos produtores (Nobre, 2009), facto que coloca em risco a base social e a continuidade dos investimentos florestais realizados, factos que foram também por nós observados.

No que respeita à estrutura fundiária, e tal como referido por Coelho (2003), “no Norte a propriedade sempre foi mais dividida, devido não só ao efeito das condições do relevo e à pressão demográfica, mas também ao sistema de herança da propriedade rural; (...) nas regiões Norte e Centro predominam os proprietários que possuem parcelas com floresta de pequenas e muito pequenas dimensões, e no Ribatejo e no Alentejo predominam os proprietários com grandes áreas de floresta. (...) É evidente a grande disparidade entre a realidade verificada nas regiões de pequena propriedade florestal (Norte e Centro) e a situação que ocorre nas regiões de grande propriedade (Ribatejo e Alentejo). Por intermédio do Programa Florestal Português (PFP), com apoios do Banco Mundial, a maior parte das florestações ocorreram nas regiões do Norte e Centro, quer em terrenos comunitários (baldios), quer em terrenos de pequenas propriedades privadas”.

Relativamente ao conceito de associativismo, as ACF assumem um papel preponderante na transmissão deste conhecimento (Pereira, 2004). Na resolução deste problema a formação na temática do associativismo é uma lacuna observada no nosso trabalho e

também já referida por Pereira (2004), quando referia que dava a impressão que o associativismo era uma característica inata e espontânea dos indivíduos quando de facto não o é, carecendo de ser ensinado como qualquer outra técnica florestal.

Consequentemente, a inexistência do conceito real de associativismo por parte dos associados leva a que estes confundam, para seu próprio benefício, o associativismo como um aglomerar de beneficiários, que é como quem diz, de uns hectares a mais, para essencialmente, conseguirem realizar candidaturas a projectos.

Para Rebelo *et al* (1999) e Pereira (2004), os técnicos são considerados como factor – chave das associações florestais “Uma associação é o que são os seus técnicos”, sendo os papéis desempenhados pelos técnicos múltiplos e variados. Por isto, os técnicos das associações não podem ser apenas pessoas bem informadas sobre os programas e sistemas de incentivos dirigidos ao sector florestal e com conhecimentos técnicos sólidos, devendo ainda ter sensibilidade para lidar com os produtores florestais e uma grande disponibilidade e empenhamento em prol da associação.

Outro problema por nós observado e também já referenciado por Silva (2000), reside na limitada capacidade de pressão política por parte do movimento associativo, o que em parte se explica justamente pela fragilidade da sua base associativa.

Quanto à missão do associativismo florestal, e particularmente da Arborea, é de relevar o impacto ao nível da mancha florestal criada e acompanhada (área total de 532,35ha, área média de 8,19ha; área dos povoamentos mistos superior (447,77ha) à dos povoamentos simples (412,18ha)), o valor dos investimentos (investimento total de € 1 493 957,05, e investimento médio de €14 228,16) realizados, o contributo para a componente de preservação e de valorização dos recursos naturais e do ambiente, e o papel de apoio e acompanhamento de âmbito social prestado aos associados enquanto grupo social que apresenta consideráveis vulnerabilidades.

De outra natureza, devemos valorizar o contributo do associativismo para a implementação e execução das políticas e dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento florestal, que de outra forma seriam desaproveitados, e ainda o esforço efectuado na melhoria da escala produtiva e da optimização dos recursos colectivos, tal como também já observado e referenciado por Pereira (2004).

O associativismo possui desde logo um papel crucial no quotidiano destes produtores, assumindo os técnicos das ACF a figura de intermediários do conhecimento. Contudo,

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

nas situações vividas no dia-a-dia com os produtores, os técnicos despem o papel de “técnicos” e assumem a figura de transformadores do conhecimento abstracto, levando por isso muitas vezes os técnicos a procurar respostas para além do conhecimento que está decretado.

Num estudo sobre a Arborea, realizado por Nobre (2009), refere que os contributos em trabalho por parte dos proprietários, pela sua idade, se perspectivam cada vez menos significativos, é expectável que, a prazo, venham a ser substituídos por mão-de-obra assalariada. E mantendo-se a dinâmica sócio - económica e associativa, levará a uma diminuição muito rápida da base social o que poderá constituir uma ameaça séria à continuidade da própria organização em particular, e do desenvolvimento florestal em geral.

Depois de enumeradas as principais dificuldades pelo associativismo florestal em TMAD, passamos a apontar algumas ideias que consideramos importantes para o desenvolvimento do associativismo florestal e, bem assim, da floresta.

O contorno dos problemas colocados pela burocracia podem ser minimizados através de uma melhor sincronia e simplificação de processos entre as entidades envolvidas na aprovação e licenciamento de projectos florestais (Dinis e Semeador, 2003). A adopção da ideia de as associações estabelecerem contratos-programa com objectivos devidamente sinalizados e temporizados, são uma forma de o conseguir. Os principais rendimentos dos investimentos florestais só dão retorno do investimento muito tempo depois, devendo este problema ser minimizado pelas medidas de apoio à perda de rendimento (medida de florestação de terras agrícolas), bem como pela adopção de projectos de aproveitamento múltiplo da floresta. Tal como referido por Nobre (2009), no que respeita ao subsídio à perda de rendimento, (...) prémio atribuído para compensar a perda de rendimento ocorrida pela cessação das actividades agrícolas. Este prémio, variável segundo o tipo de beneficiário e da espécie utilizada na florestação, é pago por períodos também variáveis, em função do regime de exploração adoptado, situando-se entre 10 e 12 anos. O prémio assume valores entre 200 e 250 euros/ha/ano (valores obtidos no Programa Ruris)”. A adopção de projectos de uso múltiplo para compensar os investimentos florestais a curto prazo, como a apanha dos cogumelos, e a produção da castanha para fruto (Nobre, 2009 e Garcia, 2004) apresentam-se como duas actividades de excelência neste campo. Acrescenta-se ainda a valorização de

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

subprodutos da floresta, como é o caso da lenha proveniente das podas, desramas e operações de limpeza; e ainda a valorização da floresta como fonte de carbono.

Uma outra questão inerente aos investimentos florestais está relacionada com a certificação florestal, dado que a madeira deverá ser certificada de forma a haver uma correcta gestão, e obviamente, de modo a que o preço do material passe a ser mais elevado/ justo para os proprietários.

A mentalidade dos produtores traduzida pela adopção de comportamentos e atitude não promotoras do espírito associativo, devendo ser criada uma disponibilidade de instrumentos para uso comum e formação das próprias pessoas para melhor interiorizarem o conceito de associativismo. Para Dinis e Semeador (2003), “A questão do associativismo florestal é importante mas também não nasce por “geração espontânea”, ou seja, o Estado não pode pôr-se de fora do processo. A administração central deve apoiar o associativismo nas regiões de minifúndio, pelo menos. Assim, tornam-se indispensáveis as parcerias de (co)gestão e de colaboração entre Estado, Autarquias, Associações e Proprietários, numa base sempre não coerciva”;

Os fenómenos sociais e políticos acabam por afectar os sistemas florestais específicos das regiões de montanha de Portugal, dado que a maior parte das propriedades são de carácter minifúndio. De forma a contornar este entrave, os produtores florestais associam-se para conseguirem terrenos com maiores áreas, havendo por partes destes actores sociais uma entreatajuda na criação/ manutenção de áreas dos povoamentos florestais. A criação de ZIF's e a gestão das extensas áreas de baldios, tal como já referido por Rebelo *et al* (1999), em TMAD são duas formas possíveis de contornar o problema da escala produtiva e otimizar a gestão e a aplicação dos recursos existentes, quer daqueles usados a nível produtivo, quer daqueles usados a nível da protecção da floresta.

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony e Lash, Scott. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. 1ª Edição. Celta. Oeiras. (Tradução de Maria Amélia Augusto).

Coelho, Inocêncio Seita (2003): *Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal. Silva Lusitana*. 11(2): 185-199. EFN. Lisboa.

Dinis, João e Semeador, Carla (2003): *Programa de Acção para o Sector Florestal - parecer sobre a proposta do MADRP*. N.º 28. Voz da Terra - CNA. Coimbra.

Garcia, Maria Marcilla (2004): *Os Cogumelos comestíveis contributo para o conhecimento do aproveitamento de um recurso natural. Relatório Final de Estágio de Licenciatura em Engenharia Florestal*. Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.

Gaspar, D.P.; Estrela, A.V.; Heitor, N.; Cunha, A.M. (1989): *PROAGRI - Programa de Apoio ao Reforço das Organizações de Agricultores*, Lisboa. DGPA. 39p (ISBN 972-9175-28-4).

Forestis – O Associativismo Florestal: seu contributo para o fomento, a gestão e a defesa dos recursos florestais. 2010.

(Natlurlink– <http://naturlink.sapo.pt/print.aspx?menuid=3&cid=583&viewall=true&print=true>)

Nobre, Sílvia Freitas Moreira (2009): *Dinâmicas da actividade dos idosos agricultores em Trás-os-Montes*. Tese de Doutoramento em Ciências Agro - Sociais. UTAD. Vila Real.

Pereira, Fernando Augusto (1992): *Conceitos e Metodologias no Estudo de Sistemas Agrários: Uma Introdução*. Relatório Final de Estágio da Licenciatura em Zootécnica. UTAD. Vila Real.

Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1990-2010

Pereira, Fernando Augusto (2004): Identidades Profissionais, Trabalho Técnico e Associativismo/Cooperativismo Agrário em Trás-os-Montes e Alto Douro. Uma Construção Identitária Partilhada. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. UTAD. Vila Real.

Rebelo, Vasco; Bento, João; Portela, José (1999): I Encontro Galiza - Portugal de Estudos Rurais. IPB. Bragança.

Silva, J. Moreira da Silva (2000): Associativismo Florestal. Gouveia.

ANEXOS

ANEXO I – Inquérito às Associações Florestais

Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior Agrária

Tese de Mestrado: “Papel das associações florestais no desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro 1990-2010”

2010-2011

Inquérito às Associações florestais

Todos os dados recolhidos destinam-se a fins estritamente científicos, e está garantida a sua confidencialidade e o anonimato de todos os entrevistados.

A. Caracterização sumária da associação

A.1 Identificação

Nome:
Sede (endereço):
Telefone/ Fax: +351
Endereço Web e/ou Correio Electrónico (email):
Ano de Fundação:
N.º Sócios Fundadores:
N.º Sócios em 1985 e 1995:
N.º Sócios Actual:

Tipo organização: _____

A.2 Recursos humanos da associação

1.º nome e apelido (facultativo)	Sexo (M/F)	Idade	Técnico Superior	Pessoal Administrativo	Outros Qualificados	Outros não Qualificados

A.3 Formação Académica e profissão principal dos elementos da Direcção

Nome e apelido (facultativo)	Grau Académico/ Curso/Ano formação/Instituição	Profissão principal
Presidente		
Vice-Presidente		
Vice-Presidente		
Vogal		
Vogal		

A.4 Formação Académica/Formação Profissional dos Técnicos Superiores (use uma linha para cada técnico)

Nome e apelido (facultativo)	Grau Académico/ Curso/Ano formação/Instituição	Formação Profissional (cursos relevantes)

A.5 Recursos materiais/técnicos da Associação? (assinale com um X ou coloque o n.º correspondente)

Sede Própria	
Sede Alugada	
Viaturas Ligeiras Passageiros	
Outras Viaturas	
Computadores	
Impressoras	
Acesso Internet	

A.6 Assinale outros recursos materiais que considere relevantes

A.7 Participação dos associados da sua associação na vida associativa (coloque um X à frente da percentagem que mais se adequa ao caso da sua associação)

Taxa de participação activa dos associados	Assembleias Gerais	Encontros Convívios	Feiras e Exposições	Acções de Formação	Outras*
0-10%					
10-20%					
20-50%					
Mais de 50%					

* O quê? _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

ANEXO II – Caracterização das ACF (activa/ inactiva, ano de
fundação, n.º sócio fundadores, n.º actual de sócios,
instalações...)

ANEXO III – Profissão dos membros da Direcção das ACF

ANEXO IV – Formação dos Técnicos das ACF

N.º	Nome da Associação/ Cooperativa	Local	Activa	Inactiva	N.º	Grau Academ
1	Aguiarfloresta	Vila Pouca Aguiar	x		3	Licenciatura
2	Agriarbol	Macedo Cavaleiros	x		4	1-Pós graduaç 2-Licenciatura
3	A mata	Alijó	x		2	Pós graduaç
4	Arborea	Vinhais	x		5	Licenciatura
5	Associação dos Concelhos Directivos de Baldios de Mondim de Basto	Mondim de Basto	x		1	Licenciatura
6	Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	Chaves	x		2	1-Licenciatura
7	Associação Florestal do Picote	Picote	x			
8	Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Murça	x		3	1-Licenciatura 1-Pós graduaç 1-Mestrado
9	Associação Florestal do Vale do Sousa	Penafiel	x		6	5-Licenciatura 1-Bacharelato
10	Associação Produtores Florestais Concelho Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	x		1	Licenciatura
11	Associação Produtores Florestais do Vale da Campeã	Campeã	x		1	Licenciatura
12	Cooperativa Agrícola de Boticas	Boticas	x		1	Licenciatura
13	Florest'Água	S. Martinho	x			
14	Ribaflor				3	Licenciatura
15	Silvidouro	Carrazeda de Ansiães	x		2	Licenciatura
16	Cedrus	Viseu	x		2	1-Licenciatura 1-Bacharelato
17	Sabodouro		x		1	
18	AFTM					
	Associação Produtores Florestais de Vilares da Vilarça	Vilares da Vilarça		x		
	Natura Viva	Vale de Nogueiras		x		
	Associação Lousa Verde	Torre Moncorvo		x		
	Aproflor	Mogadouro		x		
	Associação Afro-Florestal das Terras do Barroso	Montalegre		x		
	Associação Florestal Terras de Montanha	Bragança		x		
	Agribor	Macedo Cavaleiros		x		
	Associação Produtores Agroflorestais de Lagoaça	Lagoaça		x		
	Associação Produtores Florestais de Lamas de Podence	Lamas de Podence		x		
	Castiçal	Bragança		x		

ANEXO V – Lista dos Associados da Arborea

Lista dos associados

n_socio	id_tipo_cliente	data nascimento	Idade	Profissão
410	Sócio Individual	13-05-1969	42	Agricultor
67	Sócio Individual	13-05-1939	72	Solicitador
215	Sócio Individual	20-03-1938	73	Bancário
355	Sócio Individual	28-03-1965	46	Agricultor
258	Sócio Individual	18-07-1954	57	Agricultor
162	Sócio Individual	04-05-1955	56	Industrial
156	Sócio Individual	13-05-1953	58	Psicóloga
371	Sócio Individual	16-01-1954	57	Administrativa
228	Sócio Individual	14-04-1971	40	Empresário
116	Sócio Individual			sem dados
396	Sócio Individual	03-09-1950	61	Agricultor
180	Sócio Individual	08-03-1972	39	Estudante
142	Sócio Individual	17-01-1949	62	Agricultor
163	Sócio Individual	15-10-1941	70	Agricultor
325	Sócio Individual	08-10-1964	47	Agricultor
49	Sócio Individual	05-10-1961	50	Empresário
382	Sócio Individual	21-03-1957	54	Professora
107	Sócio Individual	29-06-1918	93	Agricultor
90	Sócio Individual	03-07-1944	67	Taxista
186	Sócio Individual	23-05-1946	65	Aposentado
362	Sócio Individual	15-10-1955	56	Auxiliar social
194	Sócio Individual	11-09-1938	73	GNR
89	Sócio Individual	10-03-1936	75	Bancário
336	Sócio Individual	01-11-1949	62	Agricultor
97	Sócio Individual	03-10-1963	48	Advogado
104	Sócio Individual	07-03-1941	70	Agricultor
287	Sócio Individual	19-09-1960	51	Doméstica
384	Sócio Individual	02-06-1991	20	Estudante
351	Sócio Individual	29-01-1970	41	Doméstica
306	Sócio Individual	21-11-1989	22	Estudante
5	Sócio Individual	17-03-1969	42	Engenheira
337	Sócio Individual	05-04-1966	45	Doméstica
338	Sócio Individual	03-07-1984	27	Balconista
128	Sócio Individual	19-12-1955	56	Enfermeiro
247	Sócio Individual	21-07-1986	25	Estudante
159	Sócio Individual	16-12-1940	71	Aposentado
70	Sócio Individual	02-01-1941	70	Aposentado
76	Sócio Individual	?-9-1941		Agricultor
374	Sócio Individual	07-09-1957	54	Agricultor
242	Sócio Individual	31-10-1954	57	Doméstica
409	Sócio Individual	sem dados		Empresário
406	Sócio Individual	23-03-1942	69	Agricultor
376	Sócio Individual	07-11-1943	68	Aposentado
12	Sócio Individual	sem dados		Aposentado engenheiro
17	Sócio Individual			desistiu

345	Sócio Individual	20-06-1935	76	Aposentado
13	Sócio Individual	sem dados		Aposentado GNR
193	Sócio Individual	11-10-1938	73	Comerciante
372	Sócio Individual	09-02-1925	86	Aposentado
199	Sócio Individual	01-07-1945	66	Aposentado GNR
309	Sócio Individual	21-05-1947	64	Agricultor
368	Sócio Individual	24-08-1945	66	Aposentado
166	Sócio Individual	14-11-1963	48	Oficial exército
316	Sócio Individual	07-08-1962	49	Empresário agrícola
363	Sócio Individual	28-02-1940	71	Agricultor
48	Sócio Individual	30-12-1945	66	Agricultor
78	Sócio Individual	07-10-1927	84	Aposentado
81	Sócio Individual	27-01-1934	77	Aposentado
154	Sócio Individual	29-09-1959	52	Agricultor
73	Sócio Individual	25-12-1965	46	Vigilante natureza
313	Sócio Individual	10-04-1943	68	Aposentado
233	Sócio Individual	20-04-1961	50	Agricultor
94	Sócio Individual	19-07-1955	56	Agricultor
86	Sócio Individual	07-12-1934	77	Agricultor
224	Sócio Individual	27-12-1963	48	Comissário PSP
171	Sócio Individual	01-02-1951	60	Vendedor
227	Sócio Individual	11-10-1947	64	Professor
263	Sócio Individual	sem dados		Professor
343	Sócio Individual	16-03-1948	63	Aposentado
14	Sócio Individual			sem dados
353	Sócio Individual	02-09-1985	26	Desempregado
121	Sócio Individual	28-12-1940	71	Aposentado
366	Sócio Individual	12-02-1951	60	Agricultor
184	Sócio Individual	20-02-1965	46	Agricultor
189	Sócio Individual	05-01-1956	55	Agricultora
205	Sócio Individual	05-10-1938	73	Agricultor
350	Sócio Individual	27-11-1948	63	Aposentado
209	Sócio Individual			sem dados
82	Sócio Individual	08-02-1954	57	Comerciante
108	Sócio Individual	25-04-1954	57	Aposentado militar GNR
375	Sócio Colectivo			
303	Sócio Individual	25-02-1955	56	Electricista
113	Sócio Individual	23-07-1941	70	Aposentado
148	Sócio Individual	08-01-1949	62	Aposentado professor
40	Sócio Individual	17-06-1944	67	Comerciante
254	Sócio Individual	28-06-1966	45	Agricultor
365	Sócio Individual	03-03-1951	60	Aposentado
160	Sócio Individual	03-08-1938	73	Aposentado professora
208	Sócio Individual	04-12-1923	88	Aposentado
53	Sócio Individual	16-03-1934	77	Aposentado professora
68	Sócio Individual	03-04-1937	74	Aposentado PSP
91	Sócio Individual	22-04-1953	58	Agente comercial
397	Sócio Individual	sem dados		Aposentado GNR
98	Sócio Individual	20-03-1955	56	Doméstica
246	Sócio Individual	14-12-1987	24	Doméstica

298	Sócio Individual	24-07-1987	24	Estudante
117	Sócio Individual	20-02-1954	57	Delegado informação médica
255	Sócio Individual	18-10-1957	54	Empresário agrícola
344	Sócio Individual	13-01-1983	28	Balconista
99	Sócio Individual	15-05-1955	56	Produtor florestal
11	Sócio Individual	sem dados		Aposentado professor
54	Sócio Individual	16-01-1945	66	Industrial
35	Sócio Individual	22-04-1943	68	Agricultor
92	Sócio Individual	20-03-1950	61	Agricultor
326	Sócio Individual	27-07-1973	38	Segurança
387	Sócio Individual	sem dados		Empresário
244	Sócio Individual	05-04-1978	33	Funcionária pública
324	Sócio Individual	01-12-1967	44	Administrativa
393	Sócio Individual	12-02-1949	62	sem dados
131	Sócio Individual	28-12-1940	71	Motorista/ agricultor
122	Sócio Individual	01-10-1956	55	Agricultor
330	Sócio Individual	08-04-1968	43	Doméstica
286	Sócio Individual	16-09-1978	33	Doméstica
349	Sócio Individual	02-03-1983	28	Doméstica
416	Sócio Colectivo			
414	Sócio Colectivo			
96	Sócio Individual	05-05-1936	75	Agricultor
44	Sócio Individual	23-10-1949	62	Enfermeira
149	Sócio Individual	11-12-1948	63	Aposentado
29	Sócio Individual	15-07-1940	71	Comerciante
157	Sócio Individual	30-03-1966	45	Agricultor
210	Sócio Individual	02-04-1966	45	Técnico ADS
395	Sócio Individual	26-07-1951	60	Agricultor
26	Sócio Individual	sem dados		Bancário
141	Sócio Individual	03-09-1950	61	Agricultor
161	Sócio Individual	27-09-1948	63	Professor ensino secund.
259	Sócio Individual	29-10-1947	64	Aposentado
388	Sócio Individual	09-08-1953	58	Agricultor
204	Sócio Individual	13-08-1942	69	Aposentado PSP
318	Sócio Individual	sem dados		Instrutor
421	Sócio Individual	14-04-1965	46	Veterinário
252	Sócio Individual	05-01-1985	26	Desempregada
321	Sócio Individual	08-03-1988	23	Empregada contra de outrém
38	Sócio Individual	13-03-1934	77	Agricultor
2	Sócio Individual	05-04-1932	79	Aposentado Doutora
251	Sócio Individual	12-03-1945	66	Doméstica
155	Sócio Individual	24-04-1943	68	Oficial exército (reserva)
348	Sócio Individual	23-08-1952	59	sem dados
299	Sócio Individual	11-11-1962	49	Aposentado
197	Sócio Individual	07-06-1943	68	sem dados
111	Sócio Individual	04-06-1957	54	Professora 2.º ciclo
198	Sócio Individual	29-06-1952	59	Doméstica
60	Sócio Colectivo			
50	Sócio Individual	13-11-1941	70	Aposentado
300	Sócio Individual	20-12-1921	90	Reformado/ agricultor

63	Sócio Individual	27-07-1936	75	Aposentado PSP
112	Sócio Individual	01-05-1942	69	Supervisor de aeronavegação
245	Sócio Individual	28-04-1961	50	sem dados
221	Sócio Individual	01-12-1959	52	Agricultor
358	Sócio Individual	25-05-1946	65	Agricultor
341	Sócio Individual	15-09-1965	46	Desempregado
342	Sócio Individual	14-11-1965	46	Taxista/ agricultor
7	Sócio Individual	sem dados		Agricultor
87	Sócio Individual	10-06-1942	69	Comerciante/ agricultor
354	Sócio Individual	22-07-1961	50	Agricultor
328	Sócio Individual	22-03-1972	39	Guarda prisional
295	Sócio Individual	31-08-1980	31	sem dados
75	Sócio Individual	09-11-1945	66	Professor
236	Sócio Individual	13-01-1960	51	Agricultor
213	Sócio Individual	07-04-1941	70	Agricultor
80	Sócio Individual	24-01-1930	81	Agricultor
380	Sócio Individual	22-06-1957	54	Agricultor
404	Sócio Individual	14-11-1936	75	Aposentado
415	Sócio Individual	25-06-1966	45	sem dados
175	Sócio Individual	23-08-1937	74	Agricultor
118	Sócio Individual	17-02-1955	56	Médico
1	Sócio Individual	sem dados		Eng. Florestal
22	Sócio Individual	sem dados		Aposentado
57	Sócio Individual	19-11-1942	69	Agricultor
41	Sócio Individual	08-04-1934	77	Solicitador
364	Sócio Individual	17-10-1944	67	Agricultor
361	Sócio Individual	06-07-1956	55	Militar reserva
214	Sócio Individual	04-12-1937	74	Juiz desembargador jubilado
144	Sócio Individual	20-04-1955	56	sem dados
408	Sócio Individual	20-06-1954	57	sem dados
31	Sócio Individual	sem dados		Aposentado GNR
223	Sócio Individual	05-11-1937	74	Eng. Civil
64	Sócio Individual	20-09-1967	44	Veterinário
47	Sócio Individual	08-07-1936	75	Aposentado professor
319	Sócio Individual	28-05-1953	58	Doméstica
273	Sócio Individual	19-07-1978	33	Agricultor
394	Sócio Colectivo			
239	Sócio Individual	sem dados		Doméstica
282	Sócio Individual	15-10-1963	48	Empregado por conta outrém
312	Sócio Individual	20-12-1942	69	Doméstica
403	Sócio Individual	13-05-1973	38	Funcionário público
381	Sócio Individual	05-11-1949	62	Doméstica
352	Sócio Individual	02-03-1967	44	Doméstica
100	Sócio Individual	18-10-1954	57	Agricultor
327	Sócio Individual	sem dados		Aposentado PT
16	Sócio Individual	sem dados		Agricultor
33	Sócio Individual	24-05-1936	75	Agricultor
391	Sócio Individual	03-05-1936	75	Doméstica
51	Sócio Individual	02-11-1969	42	Eng. Agro-pecuária
407	Sócio Individual	29-12-1945	66	Aposentado

399	Sócio Individual	12-02-1933	78	Agricultor
24	Sócio Individual	sem dados		Agricultor
229	Sócio Individual	15-05-1955	56	Agricultor
170	Sócio Individual	11-04-1975	36	Agricultor
339	Sócio Individual	20-03-1950	61	Aposentada/ agricultora
102	Sócio Individual	22-06-1956	55	Agricultora
56	Sócio Individual	04-01-1943	68	Produtor florestal
412	Sócio Individual	04-08-1982	29	Agricultor
216	Sócio Individual	07-08-1956	55	Funcionário público
359	Sócio Individual	21-08-1963	48	Empresário
264	Sócio Individual	sem dados		Empresário
182	Sócio Individual	24-06-1973	38	Agricultor
39	Sócio Individual	24-06-1932	79	Aposentado/ agricultor
268	Sócio Individual	03-02-1946	65	Aposentado GNR
145	Sócio Individual	23-02-1969	42	GNR
130	Sócio Individual	23-05-1971	40	Eng. Técnico agrário
379	Sócio Individual	10-02-1972	39	Técnico informática
401	Sócio Individual	26-01-1970	41	Agricultor
93	Sócio Individual	27-02-1944	67	Agricultor
103	Sócio Individual	14-01-1949	69	Aposentado
191	Sócio Individual	25-02-1934	77	Agricultor
411	Sócio Individual	26-09-1943	68	Aposentado ministério agricultura
277	Sócio Individual	15-04-1952	59	Agricultor
125	Sócio Individual	02-01-1946	65	Administrativo
274	Sócio Individual	14-04-1962	49	Desempregado
72	Sócio Individual	sem dados		Comerciante
123	Sócio Individual	27-04-1953	58	Montador elevadores
420	Sócio Individual	02-09-1942	69	Agricultor
278	Sócio Individual	25-03-1951	60	Agricultor
405	Sócio Individual	05-11-1942	69	Aposentado
74	Sócio Individual	01-11-1951	60	Professor ensino básico
176	Sócio Individual	24-05-1931	80	Médico/ agricultor
296	Sócio Individual	05-03-1961	50	Agricultor
124	Sócio Individual	01-09-1941	70	Aposentado bancário
200	Sócio Individual	23-05-1960	51	Guarda prisional
188	Sócio Individual	22-08-1975	36	Empresário agrícola
179	Sócio Individual	10-05-1964	47	Empresário
174	Sócio Individual	17-06-1935	76	Agricultor
173	Sócio Individual	18-02-1953	58	Funcionário público
185	Sócio Individual	23-04-1947	64	Aposentado
190	Sócio Individual	04-07-1956	55	sem dados
398	Sócio Individual	07-01-1970	41	Agricultor
392	Sócio Individual	10-03-1957	54	sem dados
265	Sócio Individual	11-06-1965	46	Doméstica
201	Sócio Individual	16-01-1945	66	Economista
165	Sócio Individual	03-06-1954	57	GNR
220	Sócio Colectivo			
232	Sócio Colectivo			
217	Sócio Colectivo			

110	Sócio Colectivo		
231	Sócio Colectivo		
164	Sócio Colectivo		
206	Sócio Individual	06-03-1958	53 Bibliotecária
289	Sócio Individual	12-06-1958	53 Doméstica
241	Sócio Individual	15-12-1965	46 Agricultor
119	Sócio Individual	27-07-1953	58 Agricultor/GNR
385	Sócio Individual	25-01-1957	54 Funcionário público
360	Sócio Individual	21-07-1945	66 Médica
301	Sócio Individual	08-11-1982	29 Estudante
218	Sócio Individual	05-03-1945	66 Agricultor
196	Sócio Individual	29-09-1938	73 Aposentado
314	Sócio Individual	06-01-1949	62 Agricultor
181	Sócio Individual	22-05-1939	72 Agricultor
132	Sócio Individual	28-03-1945	66 Comerciante
234	Sócio Individual	17-11-1963	48 Doméstica
109	Sócio Individual	30-07-1948	63 Agricultor
135	Sócio Individual	26-01-1949	62 Aposentado professor
9	Sócio Individual	sem dados	Agricultor
133	Sócio Individual	27-01-1933	78 Advogado
37	Sócio Individual	02-01-1964	47 Agricultor
304	Sócio Individual	31-10-1986	25 Funcionário público
219	Sócio Individual	24-06-1950	61 Empresário
195	Sócio Individual	sem dados	Gestor
347	Sócio Individual	30-06-1964	47 Desempregado
331	Sócio Individual	sem dados	Agricultor
27	Sócio Individual	06-08-1967	44 DESISTIU
305	Sócio Individual	23-10-1987	24 Funcionário contra de outrem
249	Sócio Individual	25-07-1953	58 Aposentado GNR e presid. Junta freg. Meixedo
389	Sócio Individual	08-11-1943	68 Emigrante
291	Sócio Individual	28-09-1987	24 Empregada limpeza
115	Sócio Individual	sem dados	Aposentado
373	Sócio Individual	30-03-1960	51 Agricultor
153	Sócio Individual	16-12-1947	64 Professor
106	Sócio Individual	22-12-1952	59 Professora
43	Sócio Individual	20-08-1938	73 Aposentado cobrador bilheteira
329	Sócio Individual	sem dados	Aposentado GNR
211	Sócio Individual	07-02-1946	65 Desenhador
147	Sócio Individual	05-10-1956	55 Professor
25	Sócio Individual	16-01-1967	44 Auxiliar técnico sanidade
3	Sócio Individual	sem dados	técnico florestal
18	Sócio Individual	sem dados	Aposentado
177	Sócio Individual	11-06-1941	70 Arquitecto
310	Sócio Individual	23-09-1934	77 Aposentado
317	Sócio Individual	sem dados	Empresário
369	Sócio Individual	11-04-1959	52 Sapador florestal
276	Sócio Individual	sem dados	Aposentado
169	Sócio Individual	25-04-1947	64 Técnico Telecomunicações
45	Sócio Individual	13-10-1969	42 Agricultor

230	Sócio Individual	23-12-1945	66	Agricultor
52	Sócio Individual	25-01-1967	44	Agricultor
370	Sócio Individual	16-09-1931	80	Aposentado
62	Sócio Individual	07-10-1957	54	Agricultor
367	Sócio Individual	10-02-1943	68	Agricultor
77	Sócio Individual	05-10-1943	68	Agricultor
269	Sócio Individual	10-04-1974	37	Empresário
320	Sócio Individual	01-10-1923	88	Agricultor
311	Sócio Individual	18-12-1976	35	Agricultor
79	Sócio Individual	01-08-1956	55	Mecânico
6	Sócio Individual	sem dados		Eng. Florestal
134	Sócio Individual	08-01-1944	67	Aposentado função pública
28	Sócio Individual	21-11-1949	62	Funcionário público/ agricultor
20	Sócio Individual			FALECEU
129	Sócio Individual	10-07-1932	79	Reformado
333	Sócio Individual	19-11-1985	26	Trabalhador obras
290	Sócio Individual	11-06-1957	54	Doméstica
356	Sócio Individual	07-03-1951	60	Aposentado PT
377	Sócio Individual	25-05-1940	71	Costureira
101	Sócio Individual	08-01-1957	54	Funcionário ministério justiça
272	Sócio Individual	01-05-1970	41	Doméstica
167	Sócio Individual	sem dados		Farmacêutica
240	Sócio Individual	20-08-1975	36	Agricultora
140	Sócio Individual	sem dados		Agricultora
280	Sócio Individual	01-07-1964	47	Doméstica
335	Sócio Individual	sem dados		Doméstica
400	Sócio Individual	19-05-1945	66	Agricultora
61	Sócio Individual	10-08-1952	59	Funcionária pública
332	Sócio Individual	13-07-1958	53	Empregada limpeza
19	Sócio Individual			sem dados
315	Sócio Individual	04-10-1942	69	Reformado
4	Sócio Individual	sem dados		Reformado professora
71	Sócio Individual			DESISTIU
293	Sócio Individual	02-01-1956	55	Doméstica
390	Sócio Individual	sem dados		Doméstica
172	Sócio Individual	28-02-1921	90	Aposentada
288	Sócio Individual	28-03-1966	45	Agricultora
85	Sócio Individual	15-09-1959	52	Agricultora
21	Sócio Individual			DESISTIU
10	Sócio Individual	sem dados		Engenheira
307	Sócio Individual	06-05-1971	40	Trabalhador conta de outrem
143	Sócio Individual	sem dados		Agricultor
15	Sócio Individual			sem dados
250	Sócio Individual	14-05-1962	49	Empresário agrícola
151	Sócio Individual	02-06-1940	71	Médica
402	Sócio Individual	10-08-1958	53	Emigrante
279	Sócio Individual	15-08-1950	61	Doméstica
340	Sócio Individual	29-06-1963	48	Costureira
146	Sócio Individual	23-10-1948	63	Professora
284	Sócio Individual	02-04-1958	53	Doméstica

192	Sócio Individual	01-04-1953	58	Doméstica/ agricultora
270	Sócio Individual	22-08-1954	57	Trabalhador conta de outrem
88	Sócio Individual	07-05-1944	67	Técnico superior administ.
187	Sócio Individual	20-11-1930	81	Aposentada/ agricultora
383	Sócio Individual	26-11-1946	65	Agricultora
212	Sócio Individual	08-01-1947	64	Agricultora
237	Sócio Individual	28-07-1971	40	Doméstica
235	Sócio Individual	07-11-1957	54	Doméstica
346	Sócio Individual	24-06-1955	56	Doméstica
294	Sócio Individual	29-11-1980	31	Doméstica
137	Sócio Individual	23-08-1947	64	Aposentado
202	Sócio Individual	08-03-1942	69	Agricultor
83	Sócio Individual	14-04-1952	59	Gerente comercial
55	Sócio Individual	05-09-1939	72	Reformado da Carris
66	Sócio Individual	24-07-1971	40	Eng. Florestal
285	Sócio Individual	28-02-1989	22	Doméstica
34	Sócio Individual	15-07-1967	44	Funcionário público
292	Sócio Individual	03-10-1961	50	Agricultor
334	Sócio Individual	sem dados		Agricultor
413	Sócio Individual	24-06-1947	64	Agricultor
419	Sócio Individual	29-09-1948	63	Agricultor
139	Sócio Individual	16-05-1954	57	Agricultor
36	Sócio Individual	22-07-1952	59	Enfermeiro
302	Sócio Individual	07-04-1988	23	Desempregado
203	Sócio Individual	24-03-1957	54	Arquitecto
84	Sócio Individual	23-05-1974	37	TOC
59	Sócio Individual	24-03-1966	45	Comerciante
65	Sócio Individual	22-04-1973	38	Agricultor/Professor
260	Sócio Individual	08-09-1955	56	Agricultora
323	Sócio Individual	14-09-1960	51	Desempregada
168	Sócio Individual	15-04-1978	33	Agente PSP
136	Sócio Individual	01-03-1945	66	Agricultor
23	Sócio Individual			sem dados
257	Sócio Individual	23-11-1981	30	Empregado por conta outrém
297	Sócio Individual	10-10-1971	40	Doméstica
378	Sócio Individual	01-10-1976	35	Empresário agrícola
114	Sócio Individual	22-12-1971	40	Empresário
281	Sócio Individual	19-07-1974	37	Desempregado
105	Sócio Individual	24-11-1956	55	Eng. Electrot.
225	Sócio Individual	24-11-1975	36	Motorista
120	Sócio Individual	29-03-1954	57	Professor
262	Sócio Individual	13-03-1963	48	Doméstica
8	Sócio Individual	12-03-1950	61	DESISTIU
266	Sócio Individual	23-12-1978	33	Empregado por conta outrém
127	Sócio Individual	13-10-1952	59	Engenheiro
238	Sócio Individual	25-07-1989	22	Estudante
150	Sócio Individual	27-08-1977	34	empresário
256	Sócio Individual	04-10-1985	26	Empregado por conta outrém
69	Sócio Individual	07-06-1946	65	Tradutora
418	Sócio Individual	11-08-1977	34	sem dados

178	Sócio Individual	07-11-1975	36	GNR
253	Sócio Individual	25-12-1983	28	Ajudante de cozinha
58	Sócio Colectivo			
322	Sócio Individual	15-01-1976	35	Desempregado
271	Sócio Individual	10-04-1988	23	Empregado por conta outrém
417	Sócio Individual	10-03-1948	63	Aposentado/ bancário
95	Sócio Individual	17-08-1945	63	Doméstica
357	Sócio Individual	sem dados		Doméstica
283	Sócio Individual	15-05-1961	50	Guarda prisional
275	Sócio Individual	28-08-1988	23	Doméstica
386	Sócio Individual	20-01-1977	34	Agricultor
222	Sócio Individual	21-08-1931	80	Doméstica
183	Sócio Individual	12-02-1969	42	Empresário
261	Sócio Individual	01-10-1973	38	Comercial
248	Sócio Individual	03-03-1948	63	Agricultora
243	Sócio Individual	09-01-1961	50	Aposentado

ANEXO VI – Profissão dos Associados da Arborea

Profissão dos associados

Profissão	Frequência	%
Agricultor	109	29,1
Aposentado	65	17,4
Doméstica	39	10,4
Empresário	13	3,5
Professor	12	3,2
Funcionário público	10	2,7
Engenheiro	10	2,7
Comercial/ Industrial	10	2,7
Desempregado	9	2,4
Médicos/ Enferm/ Veter.	8	2,1
Agricultor/Outra profissão	8	2,1
Estudante	7	1,9
Produtor florestal	2	0,5
Emigrante	2	0,5
Outras	70	18,7
	374	100,0

ANEXO VII – Projectos da Entidade

Projectos	Número Projecto	Título	Concelho	Programa de financiamento	N.º Processo Ifadap	Início projecto	Fim projecto	Colaboradores	Ajudas à Arborea	Caracterização da participação Arborea
Carvalho negral	176	Promoção e valorização da madeira de carvalho negral	Vinhais Bragança Vimioso	Agro, medida 8, acção 8.1	2001090043629	01-07-2002	30-06-2004	UTAD; DRATM; ICN-PNM; INIA-EFN; Inst Nac Eng. Technolog. Industrial; Arborea	26.132,02 €	Elaborar um plano de gestão e despesa da floresta nos concelhos de Vinhais, Bragança e Vimioso; Organizar os proprietários florestais (PF's) e dinamizar a constituição de agrupamentos de produtores florestais; Contribuir para a formação e informação dos PF's; Representar os associados juntos da Administração Pública e de Organizações Florestais similares de âmbito regional e nacional; Negociar com outros parceiros da fileira florestal; Apoiar os associados na valorização dos seus recursos florestais; Promover iniciativas no âmbito da Conservação da Natureza, protecção do ambiente e recursos naturais; Fomentar iniciativas tendentes à protecção e desenvolvimento da floresta.

Projectos	Número Projecto	Título	Concelho	Programa de financiamento	N.º Processo Ifadap	Início projecto	Fim projecto	Colaboradores	Ajudas à Arborea	Caracterização da participação Arborea
Cogumelos	689	Demonstração do papel dos macrofungos na vertente agronómica e ambiental no Nordeste Transmontano, aplicação à produção de plantas de castanheiro, pinheiro e carvalho	Vinhais BragançaVimioso	Agro, medida 8, acção 8.1	2003090023486	1.10.2003	1.1.2007	ESAB, ICN-PNM; Arborea,	11.650,00 €	Elaborar um plano de gestão e despesa da floresta nos concelhos de Vinhais, Bragança e Vimioso; Organizar os proprietários florestais (PF's) e dinamizar a constituição de agrupamentos de produtores florestais; Contrinuir para a formação e informação dos PF's; Representar os associados juntos da Administração Pública e de Organizações Florestais similares de âmbito regional e nacional; Negociar com outros parceiros da fileira florestal; Apoiar os associados na valorização dos seus recursos florestais; Promover iniciativas no âmbito da Conservação da Natureza, protecção do ambiente e recursos naturais; Fomentar iniciativas tendentes à protecção e desenvolvimento da floresta.

12.900,00 €

Projectos	Número Projecto	Título	Concelho	Programa de financiamento	N.º Processo Ifadap	Início projecto	Fim projecto	Colaboradores	Ajudas à Arborea	Caracterização da participação Arborea
Castanheiro	179	Detecção remota da doença da tinta e cadastro da área de castanheiro da terra fria de Bragança e Padrela por fotografia aérea de infravermelhos	Vinhais Bragança Vimioso	Agro, medida 8, acção 8.1	2001090043744	1.12.2003	1.12.2004	UTAD, ESAB, DRATM, Arborea, ARATM	12.469,95 €	Elaborar um plano de gestão e defesa da floresta nos concelhos de Vinhais, Bragança e Vimioso; Organizar os proprietários florestais (PF's) e dinamizar a constituição de agrupamentos de produtores florestais; Contrinuir para a formação e informação dos PF's; Representar os associados juntos da Administração Pública e de Organizações Florestais similares de âmbito regional e nacional; Negociar com outros parceiros da fileira florestal; Apoiar os associados na valorização dos seus recursos florestais; Promover iniciativas no âmbito da Conservação da Natureza, protecção do ambiente e recursos naturais; Fomentar iniciativas tendentes à protecção e desenvolvimento da floresta.

N.º Processo Ifadap	Título	Concelho	Programa de financiamento	Início projecto	Fim projecto	Ajudas à Arborea	Caracterização da participação Arborea
2002200025738	Apoio à prestação de serviços florestais - Norte	Vinhais Bragança Vimioso	Agris, acção 3.3	1.6.2002	1.12.2003	6.562,50 €	Elaboração e construção de desdobráveis; Realização de sessões de informação; Elaboração de planos de gestão (Mofreita, Carrazedo, Zoio, Deilão; Vila Meã)
						3.281,25 €	

ANEXO VIII – Projectos de Apoio à Instalação

						Plano Global Investimento 5 anos				
Programa	N.º IFADAP	Título	Financiamento	Início/Fim	Rendas/mês	Instalação/ Equipamento/ Meios transporte	RH	Outras despesas funcionamento	Garantias	Leasing viaturas
Agris, sub-acção 3.1, medida 4, Componente 4.3.1.1	972156434	Instalação de organizações de produtores florestais	21.558.539\$	2001-2006	178,00 €	6.760.900,00 €	46.997.530,00 €	3.957.147,00 €	1.219.500,00 €	4.141.000,00 €

valor máximo do subsídio a atribuir
293.750,00 €

ANEXO IX – Projectos dos Associados

N. Ordem	N.º de Projecto	Freguesia	Concelho	Programa de financiamento	Área (ha)	Povoamento	Idade	Op. Silvícolas	Custo instalação/ elaboração/acompanh. técnico (de acordo com a área) Nos Agro-cartografia e custos de consolidação da instalação (fase adaptação povoament.)	Financim. Associado	PPR (plantação terras agrícolas)	PM (Prémio manutenção)	Prog. Benef.	Prog. Instal.	Prog. Uso Múltiplo
1	2001.23.001449.8	Vinhais	Vinhais	RURIS	1,42	Castanheiro	8	Marcação, lavoura contínua, abertura regos, ripagem, retanCHA	1410,28	1128,224	9193	1065		x	
2	2001.23.002056.4	Espinhosela	Bragança	RURIS	3,82	Cerejeira brava Castanheiro	9	Marcação, lavoura contínua, ripagem, retanCHA	6376,79	5101,432	23386	2865		x	
3	2001.23.001439.9	Rio de Fornos	Vinhais	RURIS	7,4	Castanheiro Pinheiro bravo	8	Marcação, lavoura contínua, ripagem, retanCHA	9442,99	566579,4	43810	5400		x	
4	2001.23.001447.2	Vale de Janeiro	Vinhais	RURIS	2,74	Castanheiro Freixo Sobreiro	8	RetanCHA, escarificação, poda de formação, desramação, desbaste, retanCHA, limpeza de matos	3485,51	2439,857	17186	2055		x	
5	2001.23.001429.0	Casares	Vinhais	RURIS	4,42	Castanheiro	9	Marcação e piquetagem, lavoura contínua, abertura de covas em retroescavadora e regos de plantaço	2614,93	2091,944	14267,7	3225		x	
6	2001.23.001441.5	Vilar de Lomba	Vinhais	RURIS	11,13	Pinheiro bravo	8	Limpeza de vegetação herbácea e lenhosa, rolagem, poda formação, desramações, desbastes, corte final	3802,67	2661,87	20776,6	2240		x	
7	2001.23.001437.3	Vilar de Ossos	Vinhais	RURIS	1,62	Castanheiro	9	RetanCHA, escarificação, poda de formação, desramação, desbaste, retanCHA, limpeza de matos	1355,66	1084,53	8739,8	1012,5		x	
8	2001.23.001445.6	Penhas Juntas	Vinhais	RURIS	0,87	Freixo, Pinheiro Bravo, Nogueira	8	RetanCHA, limpeza de matos, poda de formação	8651,31	6055,92	45871,5	6687,5		x	

9	2001.23.001431.6	Quadra	Vinhais	RURIS	1,65	Castanheiro		Preparação terreno (lavoura contínua, regos de plantação)/ marcação e piquetagem/ plantação/ retanha	6505,95	4554,16	21105,2	2445		x	
10	2001.23.001427.4	Tuizelo	Vinhais	RURIS											
11	2001.23.001433.2	Soutelo	Vinhais	RURIS	1,84	Castanheiro	11	Retanha, preparação	1227,02	981,62	5956,1	1380		x	
12	2001.23.001435.7	Sobreiró de Baixo	Vinhais	RURIS	10,81	Castanheiro, Freixo, Cerejeira, Pinheiro, Nogueira	7	Retanha, limpeza de matos, poda de formação	13252,17	10601,74	59639,6	8100		x	
15	2002.23.001191.4	S. Jumil	Vinhais	RURIS	5,03	Pinheiro bravo	7	Preparação terreno (lavoura contínua, regos de plantação)/ marcação e piquetagem/ plantação/ retanha	6887,4	4821,18	25020	2515		x	
16	2002.23.001326.6	Rebordelo	Vinhais	RURIS	2,04	Castanheiro	7	Preparação terreno (lavoura contínua, regos de plantação)/ marcação e piquetagem/ plantação/ retanha	3085,91	2160,137	13207	1530		x	
17	2002.23.001234.2	Rio de Fornos	Vinhais	RURIS											
18	2002.23.001314.2	Rio de Fornos	Vinhais	AGRO	10,44	Castanheiro, Freixo	8	Limpeza de vegetação herbácea e lenhosa, enxertia, poda formação, corte final	22462,35	15723,645	58203,1	8932,5		x	
19	2002.23.001279.7	Edroso	Vinhais	RURIS	9,75	Freixo	6	Limpeza de vegetação herbácea e lenhosa, rolagem, poda formação, desramações, desbastes, corte final	4140,36	2070,18	10985	2437,5		x	
20	2002.23.001342.3	Vilar de Peregrinos	Vinhais	RURIS	11,75	Castanheiro	4	Limpeza de vegetação herbácea e lenhosa, poda formação, corte final	12540,22	10032,176	32957,5	8812,5		x	
21	2002.23.001344.9	Brito	Vinhais	AGRO	20,03	Castanheiro/ Cupressus/ Sobreiro	4	Preparação terreno (corte matos mecânico e manual, ripagem, abertura val e comoro, abertura de covas)/ marcação e piquetagem	31399,17	25119,336				x	

22	2002.23.001355.5	Vilar de Peregrinos	Vinhais	RURIS	13,2	Freixo, Castanheiro	9	Limpeza de vegetação herbácea e lenhosa, limpeza povoamentos, poda formação e manutenção, desramações, desbastes, corte final	14394,22	10075,95	42961,8	8842,5		x	
23	2002.23.001334.0	Vilar de Lomba	Vinhais	RURIS	4,39	Pinheiro bravo	9	Marcação e piquetagem, lavoura contínua, plantação, regos de plantação	3944,37	3155,496	21862,2	2195		x	
24	2002.23.001218.5	Sernande	Vinhais	AGRO											
25	2003.21.001.022.3	Oleiros - Gondesende	Bragança	RURIS	2,86	Castanheiro	6	Plantação, Marcação e piquetagem, lavoura em faixas	5849	4094,3	9257,8	2145		x	
26	2003.23.001.033.6	Celas	Vinhais	RURIS	8,4	Castanheiro	7	Limpeza da vegetação herbácea e lenhosa, rolagem, poda de formação, desramações, desbastes	11539,2	9808,32	50049,8	6300		x	
27	2003.23.001153.2	Vilar de Lomba	Vinhais	RURIS	5,83	Pinheiro bravo	6	Marcação e piquetagem, preparação terreno, plantação	7591,98	6453,183	28220	2915		x	
28	2003.23.0011557	Vilar de Lomba	Vinhais	AGRO	1,51	Prunus avium, Castanheiro	5	Preparação terreno (limpeza manual matos, vala e comoro, abertura manual covas, ripagem, gradagem em faixas)/ marcação e piquetagem	4827,39	3861,912				x	
29	2003.23.0011920	Ousilhão	Vinhais	AGRO	17,24	Carvalho negral	20	Limpeza de mato, desramação	20055,1	16044,08		não tem é beneficiaç	x		
30	2003.21.0020313	Oleiros - Gondesende	Bragança	AGRO	5,54	Carvalho negral	5	Desramas/ podas, correcções densidade, limpeza de matos, lavoura em faixas, abertura regos, plantação	8991,83	8991,83		ão	x	x	
31	2003.23.0011573	Candedo	Vinhais	RURIS	3,95	Pinheiro bravo	5	Preparação terreno (lavoura contínua, regos de plantação)/ marcação e piquetagem/ plantação/ retanča	6045,96	4232,172	9594	1845		x	

45	2004.23.0012157	Montouto (Vinhais)	Vinhais	Agro												
46	2004.21.0016368	Meixedo (Bragança)	Bragança	RURIS	4,63	Castanheiro, Freixo, Cerejeira	4	Ripagem, lavoura, marcação e piquetagem; lavoura faixas; vala e cômodo, transporte de plantas, plantação	13809,87	8285,92	12095	2778			x	
47	2004.21.001475.1	Gondesinde-Bragança	Bragança	AGRO		REPROVADO										
48	2004.21.001471.0	Gondesinde-Bragança	Bragança	AGRO		DESISTIU								x		
49	2005.23.0011610	Salgueiros	Vinhais	RURIS	9,29	Castanheiro	6	Marcação e piquetagem, lavoura contínua, ripagem, abertura de regos de plantação	18168,06	13626,045	55978	7155			x	
50	2005.23.0012378	Edroso	Vinhais	RURIS	2,64	Castanheiro	6	Limpeza de vegetação herbácea e lenhosa, rolagem, poda formação, desramações, desbastes, corte final	3720,18	2232,108	7452,9	1980			x	
51	2005.23.0012410	Vilar de Peregrinos	Vinhais	RURIS	2,31	Castanheiro	6	Marcação e piquetagem, limpeza de matos com corta matos, lavoura contínua, abertura covas	2161,32	1296,8	7807.8	1732.5			x	
52	2005.23.0012659	Ervedosa	Vinhais	RURIS												
53	2006.23.001247.5	Frades	Vinhais	RURIS	7,06	Castanheiro	4	Limpeza de vegetação herbácea e lenhosa, poda formação e frutificação	13298,1	9973,575	23657,4	5445			x	
54	2005.23.0014861	Frades	Vinhais	AGRO	8,03	Castanheiro, Pinheiro	5	Marcação e piquetagem, limpeza de matos, aberturas de covas	27891,62	22313,30		6423	x		x	
55	2005.23.0012824	Ervedosa	Vinhais	AGRO	6,94	Castanheiro/ Pinheiro bravo/ Sobreiro/ Cerejeira	3	Operações instalação: preparação terreno (limpeza matos mecânica, lavoura em faixas, ripagem, regos de plantação)/ marcação e piquetagem/ plantação/ retanchar, regularização de superfície	15614,1	12491,28					x	

73	2006.21.002418.5	Grijó de Parada-Bragança	Bragança	RURIS	7,39	Cerejeira	4	Preparação do terreno; plantação; sacha e amontoa; retanchar	13618,75	9533,125	24046,2	5542,5		x	
74	2006.23.001228.5	Vilar de Lomba	Vinhais	Agro											
75	2006.23.001241.8	Vinhais	Vinhais	RURIS	0,78	Castanheiro	5	Lavoura contínua, abertura covas, marc. e piquetagem, plantação	906,57	679,9275	2524,9	585		x	
76	2006.21.002403.7	Gondesende-Bragança	Bragança	Agro		DESISTIU									
77	2005.21.002562.2	Serapicos - Bragança	Bragança	Agro	7,63	Cupressus	4	Preparação terreno, plantação/ sementeira, retanchar, regularização de terreno	6602,28	5942,052		2891,48		x	
78	2006.23.001247.5	Edral - Vinhais	Vinhais	RURIS											
79	2006.23.001243.4	Rebordelo	Vinhais	RURIS											
80	2006.23.001249.1	Travanca	Vinhais	RURIS	13,84	Castanheiro	5	Limpeza vegetação herbácea e lenhosa, desramações	26929,81	20197,3575	75842	10380		x	
81	2006.23.001245.9	Tuizelo	Vinhais	RURIS											
82	2006.23.001251.7	Seixas	Vinhais	RURIS	16,51	Castanheiro	2	Preparação terreno (lavoura contínua, regos de plantação)/ marcação e piquetagem/ plantação/ retanchar	30355,55	22766,6625	45451,2	12862,5		x	
83	2006.23.001255.8	Vilar de Lomba	Vinhais	RURIS	3,27	Castanheiro	4	Lavoura contínua, ripagem, marc. Piquetagem, abertura covas, plantação	4127,69	3095,77	10585	2452,5		x	
84	2006.23.001256.6	Quirás	Vinhais	RURIS											
85	2006.23.001258.2	Vilar de Peregrinos	Vinhais	RURIS											
86	2006.23.0010008	Vinhais	Vinhais	AGRO	1,87	Sobreiro	20	Desramas/podas/ controlo veget. espont.	2322,92	1858,336				x	
87	20000018945	Espinhosela	Bragança	Proder	1,53	Castanheiro	ainda vai ser	Limpeza de matos com destróador, abertura de covas, plantação, retanchar, sacha e amontoa	5627,54	1917,24	2486,3	1224		x	
88	20000008284	Rebordelo	Vinhais	Proder											
89	20000019082	Deilão	Bragança	Proder	0	Ponto água	0	-		0				x	
90	20000017520	França	Bragança	Proder	10,86	Quercus ilex e pyrenaica	Pov. Irregular	Limpeza de matos e povoamentos, desramas, podas de formação, selecção de varas	17489,03	10493,43				x	

91	2000017528	Meixedo	Bragança	Proder	47,92	Quercus ilex e pyrenaica, Cerejeira	Ilex=11; cerej 11, irregular pyrenaica	Limpeza de matos, desramas, podas de formação, selecção de varas	47977,72	28959,15				x	
92	20000017736	Vimioso	Vimioso	Proder	0	Cerejeira, castanheiro, cupressus, sobreiro (plantação)	12	Adensamento...		REPROVADO				x	
93	20000018099	Santulhão	Vimioso	Proder	9,76	Castanheiro, Nogueira, Sobreiro	0	Limpeza de mato, ripagem, lavoura contínua, marcação e piquetagem, abertura de covas, adubação, retanchar, sacha e amontoa	23050,01	13830,006		7895		x	
94	20000018343	Angueira	Vimioso	Proder		DESISTIU									
95	20000019086	São Julião de Palácios	Bragança	Proder	6,76	Castanheiro, cerejeira, sobreiro	plantação	Lavoura contínua, abertura vala e câmara, marcação e piquetagem, retanchar, sacha e amontoa, adubação, colocação protectores individuais	12680,37	8876,259	11250	5400		x	
96	20000019108	Edral	Vinhais	Proder	5,5	Castanheiro	0	Preparação terreno (limpeza matos mecânica, ripagem, lavoura, vala e câmara)/ marcação e piquetagem/ plantação/ retanchar	19395,54	9697,77				x	
97	20000019176	Tuizelo	Vinhais	Proder	19,21	Castanheiro/ Prunus avium/ Nogueira	0	Preparação terreno (limpeza matos mecânica, ripagem, lavoura em faixas, abertura vala e câmara)/ marcação e piquetagem/ plantação/ sacha e amontoa/correção do solo/ retanchar	73601,77	44161,062	17121	12350		x	

98	20000019111	Paço	Vinhais	Proder	5,02	Castanheiro	0	Preparação terreno (ripagem, lavoura em faixas, abertura vala e cômodo)/ marcação e piquetagem/ plantação/ sacha e amontoa/correção do solo/ retanha	19048,97	11429,382	9789	4015		x	
99	20000019166	Vilar de Lomba	Vinhais	Proder											
100	20000019042	Vilar de Lomba	Vinhais	Proder											
101	20000018915	Rebordãos	Bragança	Proder	7,61	Castanheiro	O tratamento é feito em várias idades e em várias árvores	Tratamentos fitossanitários, análises laboratoriais solo, adensamento, tratamento do solo	11350,14	9080,112			Fitossantiário		
102	20000008252	Pinelo	Vimioso	Proder		DESISTIU									
103	20000009315	Quirás	Vinhais	Proder											
104	20000009090	Rebordelo	Vinhais	Proder	8,07	Pinheiro bravo	15	Micorrização	16505,28	6638,11					x
105	20000018829	Santalha	Vinhais	Proder	10,39	Castanheiro	0	Preparação terreno (limpez matos mecânica, ripagem, lavoura em faixas, abertura vala e cômodo, abertura mecânica de covas e plantação)/ marcação e piquetagem/ plantação/ sacha e amontoa/correção do solo/ retanha	37855,66	18927,83				x	

532,35

924830,56

1255674,23

1076608,13

225307,35

0= está em fase de avaliação

5,07

8807,91

11958,80

10253,41

2145,78

	Não preenchido
	Reprovado
	Desistiu

ANEXO X – Publicações da Arborea sobre o Associativismo

Lista de publicações da Arborea sobre o associativismo

Documentos de divulgação técnica:

- * O carvalho-negral, manual básico de caracterização da espécie e práticas silvícolas (Ana Rodrigues e Zita Saraiva, 2004);
- * A cultura do castanheiro, manual básico das doenças e práticas culturais (Marta Carvalheira e Zita Saraiva, 2004);
- * Controlo de matos e redução de combustíveis (Zita Saraiva e António Borges, 2007);
- * Caça e pesca lúdica, deveres e comportamento (Marta Carvalheira e Zita Saraiva, 2007);
- * Manual básico de silvicultura das espécies florestais na área de intervenção da Arborea (António Borges e Marta Carvalheira, 2007).

Capítulos de livros:

- * Castanheiros, técnicas e práticas (2009) (4 capítulos de António Borges).